



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

----- No dia vinte e oito do mês de novembro do ano de dois mil e catorze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente Jorge Magalhães e secretariada por Maria Lurdes de Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2- Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2015;-----

----- 3 - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2015; -----

----- 4 - Abertura de procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 2º Grau – Adenda à proposta de designação do júri do procedimento; -----

----- 5 - Abertura de procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 1º grau para o Departamento de Obras Municipais e Ambiente, bem como a designação do respetivo júri; -----

----- 6 - Reconhecimento de interesse público municipal - Casa de Vilar; ---

----- 7 - Certificação Legal de Contas – Nomeação do Auditor Externo;-----

----- 8 - Alteração da denominação da “União das Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga” para “Freguesia de Lousada”.-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Ferreira Teixeira, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Pedro Teixeira Mendes em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Carlos Pinto Correia, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Ana Rita Costa Neto em substituição de Manuel Campos Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Filipe Moura Ribeiro em substituição de Diana Júlia Regadas, António Filipe Cardoso Barbosa, José Bernardino Pinto Nogueira, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de José Manuel Gonçalves, António Esteves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Abílio da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Cunha Moreira dos Santos representante legal de Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta e três membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva. -----

----- O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e um minuto quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde.-----

----- O presidente da Mesa começou por informar a Assembleia que tomou posse Sandra Maria Ferreira Teixeira, que veio preencher a vaga ocorrida por morte de Joaquim Almeida Santos e que Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substituiu o membro José Manuel Teixeira Gonçalves que comunicou uma ausência por vinte e oito dias, Ana Rita Costa Neto substituiu o membro Manuel Campos Sousa Neto que comunicou uma ausência por trinta dias, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira substituiu o membro Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, Ricardo Filipe Moura Ribeiro substituiu o membro Diana Júlia Regadas, que comunicou uma ausência por trinta dias, Pedro Teixeira Mendes substituiu o membro Fátima Marisa da Silva Pereira, que comunicou uma ausência por trinta dias e que o presidente da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Freguesia de Meinedo, Carlos Pedro Moreira se encontra representado por Abílio da Cunha Moreira dos Santos seu representante legal. -----

----- De seguido foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e seis de setembro de dois mil e catorze. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão de vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, que foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e três minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número oito do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do membro desta Assembleia, Joaquim Almeida Santos” -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A coligação “Lousada Viva” queria neste momento de pesar, prestar homenagem a um grande lousadense que infelizmente nos deixou prematuramente. Apesar das divergências, assumidas aqui ao longo de várias Assembleias, próprias de quem se coloca em campos diferentes, não podemos deixar de salientar e de relevar o espírito de lealdade, de rigor e de imparcialidade, dentro do possível, que o senhor Santos sempre colocou no debate político nesta Assembleia e não só. E por isso, é com muita tristeza que damos o pesar e as mais sentidas condolências à família e que dizemos que esta Assembleia perdeu um dos seus grandes membros, um dos seus grandes representantes. Lousada ficou também mais pobre, porque o senhor Santos, naquela vida pública que procura fazer do desenvolvimento do bem comum o serviço para a comunidade, foi um exemplo para todos nós.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dadas as circunstâncias convém ser uma intervenção escrita, pelo que passo a falar em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista. A vida política, por vezes, prega-nos partidas que nos afetam sobretudo a nível pessoal face às grandes e verdadeiras amizades que fazemos. Se a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vida não fosse madrasta e injusta, esta era apenas mais uma Assembleia Municipal de Lousada que contaria com a presença marcante do nosso caro amigo Joaquim Almeida Santos. Sem dúvida que hoje, seria uma daquelas sessões em que ele próprio teria preparado a sua intervenção com largos dias de antecedência, estudando ao mais ínfimo pormenor os valores plasmados no orçamento municipal, comparando este documento ao de anos transatos. A sua vida pública era dedicada em grande parte à Finança. Foi um Homem que primava pela verticalidade de valores, princípios e ponderação, tão deficitária nos dias de hoje, principalmente ao mais alto nível. O percurso deste nosso amigo e camarada fala por si e deixará certamente marcas em Lousada. Um filho adotivo que leva no seu coração o amor a Lousada e que lutou por um concelho mais próspero, evoluído e justo. Todos o respeitavam. Mesmo no debate político mais aceso era notória a sua minúcia, firmeza, educação mas também a amizade e respeito que nutria por todos nós, membros desta Assembleia, sem qualquer exceção. O Grupo Municipal do Partido Socialista perdeu o seu representante número um. Uma pessoa com quem privamos de perto e que sempre nos passou a imagem de marca deste partido a nível local, “Lousada está sempre acima dos interesses partidários”. Com ele a nosso lado partilhamos momentos bons e momentos maus, mas acima de tudo, partilhamos vitórias, imensas vitórias, às quais ele reagia com a sua característica moderação e pacatez de sempre. Ensinou-nos, um a um, a ter gosto particular pela análise dos números. Dominava como ninguém toda e qualquer questão financeira e, em todas as preparações destas Assembleias Municipais, tinha o especial cuidado de nos explicar ponto por ponto as razões das suas intervenções e a opinião que tinha sobre o rumo traçado nestes mesmos documentos. A doença apoderou-se de forma inesperada e fulminante do seu ser. Na última Assembleia Municipal, há apenas dois meses, contávamos com a sua forte presença aqui, entre nós, sem que de nada pudéssemos desconfiar. Esta Assembleia, dado o extraordinário trabalho e empenho desenvolvido ao longo de largos anos, deve-lhe esta justa homenagem, estima, respeito e consideração. Que a sensatez e credibilidade pessoal do senhor Santos, prevaleça como um exemplo entre todos nós, agentes políticos e cidadãos em geral, porque afinal de contas, a vida é efémera. O seu desaparecimento deixa-nos tristes mas com forças redobradas para lutar por tudo aquilo que acreditamos ser melhor para Lousada. Iremos guardar para sempre, com carinho, amizade mas também muita saudade, a sua memória. Até sempre, camarada.» -----

----- Intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal: «Eu antes de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

entrar propriamente na votação só queria deixar-vos aqui uns reptos, que nesta altura se impõem. Já por aqui passaram muitos lousadenses ilustres como disse e bem o nosso caro membro e também deputado Filipe Barbosa. Homens bons deste município, homens e mulheres também, é importante referi-lo, passaram por aqui, que pelas circunstâncias da vida e enquanto até no desempenho das suas funções foram levadas pela circunstância da vida. Eu acho que às tantas é o momento da própria Assembleia Municipal lembrar estes homens e mulheres que por aqui passaram, numa cerimónia a levar a cabo numa altura qualquer, com a dignidade que a Assembleia entender, para lembrar todos estes membros bons da nossa sociedade que de facto, generosamente procuraram aquilo que é o ideal de todos nós, que é uma sociedade mais justa, mais serena, mais igual e mais capaz. Espero que ambos os grupos parlamentares possam entender-se nessa matéria e quando entenderem oportuno fazerem esta homenagem, que me parece justa, perante estes homens e mulheres que por aqui passaram e que muito deram ao nosso município. Nesta circunstância, eu não quero tecer mais comentários à figura do nosso caro amigo e colega senhor Santos, acho que está tudo dito, não adiantarei muito mais.» -----

----- Passou-se de seguida à votação da proposta número oito, que foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- A proposta número nove do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor ao Jovem Rui Jorge Santos Nunes, recém-formado do curso de técnico de Programação de CNC do Centro de Formação Profissional das Industrias da Madeira e Mobiliário, pela conquista da medalha de prata no Campeonato Europeu das Profissões, EUROSILLS LILLE, na área Tecnologia 2ª Transformação de Madeira” -

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- A proposta número dez do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor ao aluno do Conservatório do Vale do Sousa, José Afonso Sousa, de 17 anos, que representou Portugal no Italy Percussion Competition, concurso de percussão muito conceituado da responsabilidade da Percussive Arts



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Society – Italy, tendo alcançado o 1º Prémio ex-aequo com a Finlândia na categoria A de timbales” -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- E a Moção A, apresentada pelo Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP, do seguinte teor: «“...A participação de todos os municípios no Fundo de Apoio Municipal resulta não só de um dever legal estabelecido na Lei de Finanças Locais, mas traduz ainda um dever de solidariedade semelhante àquela que Portugal muito recentemente beneficiou de todos os Estados-Membros da União Europeia, independentemente da qualidade das respetivas finanças públicas. Esta participação traz também um benefício coletivo para todos os municípios, uma vez que os mecanismos permanentes desta natureza melhoram a qualidade do crédito municipal, diminuem o risco e, consequentemente, o respetivo custo para todos os municípios. Destaque-se ainda que a participação de cada município no FAM não é feita a «fundo perdido», mas configura uma aplicação financeira cujo capital é remunerado, estando prevista a redução de capital até um certo mínimo, o que representará o reembolso dos participantes.” Ora, para uma implementação bem conseguida do FAM, o Governo estabeleceu um acordo com a ANMP em julho passado, no qual se comprometeu a compensar os municípios que estejam na condição de contribuintes para o FAM, através de medidas compensadoras nas quais se incluíam a consideração de incentivos fiscais à eficiência energética e alterações no IVA da iluminação pública. Uma redução do IVA resultaria pois numa poupança para o município de Lousada, permitindo por essa via compensar o esforço de participação para o FAM. Contudo, não obstante o acordo e as aspirações dos municípios portugueses, esta medida não consta do Orçamento de Estado para 2015 nem da proposta de reforma da fiscalidade verde. Assim, na linha da defesa dos princípios de respeito institucional, subsidiariedade, equidade e autonomia do poder local, a Coligação “Lousada Viva” denuncia de forma veemente, o incumprimento dos compromissos assumidos pelo governo, com a ANMP e por isso com este município, sobre a regulamentação do FAM, sobretudo no que diz respeito à redução da Taxa do IVA para a iluminação pública. Propomos também à Câmara Municipal que atue em consonância, de forma a salvaguardar o máximo interesse do município.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «O FAM- Fundo de Apoio Municipal já aqui foi várias vezes abordado, há divergências de interpretação neste fundo e elas também já são conhecidas, os argumentos de um lado e do outro já aqui foram esgrimidos. No entanto não podemos deixar de reforçar aqui o espírito de solidariedade que está presente, o espírito intermunicipal que está presente neste fundo, semelhante àquilo que como está plasmado na Moção, que também Portugal beneficiou com apoios externos, a melhoria do crédito municipal mesmo para municípios com capacidade, mesmo estes municípios acabam por ver melhoradas as suas taxas de juro em empréstimos. O facto de não se tratar como querem fazer crer de um depósito a fundo perdido mas antes de uma aplicação financeira cujo capital é remunerado. Além de tudo isso, o governo assumiu uma série de compromissos com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos quais estavam incluídos incentivos fiscais para a eficiência energética e alterações no IVA para a iluminação pública. Ora, não constando estes benefícios no orçamento de estado, nós consideramos essa situação não só lamentável como inaceitável. E por isso, com esta Moção pretendemos que o município avance com todos os meios ao seu dispor, de forma a que seja reposta esta medida, que foi revogada unilateralmente pelo governo e que de um modo muito especial acaba por prejudicar Lousada e os lousadenses.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente a esta questão, já por aqui demonstramos o nosso desagrado e julgo que já estaremos a avançar com os pedidos judiciais para tentar travar uma lei que parece difícil ser travada. Quando lutamos contra o Estado é sempre uma luta, uma luta algo desigual. Ainda assim há situações que nós concordamos com a coligação, iremos votar a favor nessa questão. Contudo ressalvo algumas diferenças de opinião que nós aqui temos e que em abono da verdade é bom que fiquem em ata. Eu acho que em primeiro lugar existe uma pura inconstitucionalidade desta matéria, porque já falaram diversos juristas e todos eles, a maioria, como é lógico há sempre alguém com opinião contrária, que dizem que os municípios no seu orçamento só podem aplicar esse dinheiro para usufruto dos seus próprios munícipes. Já aí é uma diferença por que nós iremos, digamos, ajudar outros. Depois alegam o princípio da solidariedade, que em nosso ver, eu acho que é falso. O princípio da solidariedade é para com o Estado e não para com os municípios, primeiro vai para o Estado e depois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

é que vai para os municípios, não vai o dinheiro direto. Depois há outra situação que convém ser direto neste assunto, é que muitas das vezes é argumentado que este fundo poderá ser comparado com a ajuda que a *troika* nos deu com outros países, etc. Eu não concordo de todo com essa comparação. E não concordo porque existem vários pontos que desmentem essa argumentação, um deles é que o dinheiro que a Alemanha, a Finlândia para falar nos países que por vezes até se revelaram mais contra esta situação, em juro absurdos, em contrapartida ao facto de nos darem esse dinheiro. Não tem nada a ver com os juros que nós iríamos ter participando neste FAM. E os municípios que já estão completamente soterrados em compromissos financeiros, não têm a mesma disponibilidade financeira de um país como a Alemanha que pode emprestar facilmente dinheiro a um país ou a outro e continuar a progredir saudavelmente no seu desenvolvimento. Existem situações crassas, como foi admitido, por exemplo, pela própria presidente da Câmara Municipal de Vila de Conde que recorreu ao PAEL, não poderia sequer despende mais um cêntimo para qualquer iniciativa e agora aparece-lhe o FAM. A senhora presidente de Câmara disse às televisões que para cumprir o FAM tem que entrar em incumprimento com o PAEL, está ali completamente atada nesta situação. Depois há outra situação que o reembolso, se lerem bem a questão do FAM, o reembolso não está previsto na sua totalidade para os municípios, em primeiro lugar o reembolso vai para o Estado e depois mediante as disponibilidades continuar, depois aí será dado aos municípios e isto foi dito por um conjunto de advogados que estão a tratar desta matéria com a Associação Nacional de Municípios. E depois nós também estamos contra a posição da Associação Nacional de Municípios, eu pelo menos, falo pessoalmente, desde logo tomou partido de um acordo que, julgo eu que também foi muito pressionado para tentar o menos mau e depois acordou uma série de situações que efetivamente e concordamos com a coligação que não foram cumpridas, como o IVA da eletricidade, etc. Portanto saudamos este posicionamento com as diferenças óbvias de uma bancada e de outra. Em última análise julgo que esta votação é apenas uma, é o fator de estar contra o objetivo final do FAM e essencialmente a forma como está a ser feito. Portanto estamos de acordo.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira Presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu queria só fazer uma pequena correção àquilo que disse o Nelson, porque efetivamente o que está na lei, não diz que no final o reembolso vai para o Estado. O que diz a lei textualmente, basicamente é que os contribuintes líquidos, serão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

reembolsados quando da extinção do FAM, na proporção direta daquilo que foi a comparticipação de cada município e cada participante no FAM fez. Porque é preciso salvaguardar que este é um fundo, não possamos dizer que o dinheiro vai para o Estado, é um fundo independente que reúne cinquenta por cento de comparticipação do Estado e os outros cinquenta por cento são comparticipados pelos municípios, numa perspetiva de solidariedade, e nós sabemos muito bem, temos aqui ao lado concelhos ou pelo menos um concelho que está numa situação que possivelmente terá de recorrer ao FAM. E por acaso até neste momento é governado pelo partido socialista. Por outro lado também temos que perceber que o herdou e portanto tem que gerir em função daquilo que tem, como em qualquer outra Junta de Freguesia do concelho, temos que gerir em função daquilo que herdamos. O FAM é de facto também uma penalização aos concelhos, aos municípios que têm tido contas e que têm tido funcionamentos errados. É uma salvaguarda para futuro, que estas situações não venham a acontecer, penalizando e obrigando os municípios incumpridores a restrições, aumento de impostos para salvaguardar uma situação mais favorável para as suas economias locais. Por outro lado é preciso também perceber que este fundo tem de facto que estar ligado a este sentido de solidariedade e eu já o reafirmei aqui nesta Assembleia. Portanto não posso deixar de o fazer novamente, porque se nós não vivemos no mundo em base de solidariedade, então estamos muito mal, cada um a cuidar da sua capelinha, da sua paróquia estamos muito mal. Só para lembrar palavras muito recentes, inclusivamente do papa Francisco na União Europeia, reafirmando princípios desses que até pela esquerda são bem recebidos.» --

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A questão que eu referia do reembolso não foi uma interpretação minha, estou agora a passar a mensagem do que ouvi por parte de advogados que esclareceram esta questão junto do Secretário de Estado. O maior bolo é para o Estado, o Estado irá receber a maior parte e primeiro e depois é que se vê. É só essa questão que eu gostaria que ficasse claro.» -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Magalhães do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Vou também tecer a minha opinião sobre esta matéria. E isto resulta da abordagem que fui ouvindo de presidentes de Câmara do Norte do país essencialmente, quer do PS quer do PSD. E quando nós sobre esta matéria falamos da autonomia financeira e administrativa que está constitucionalmente estabelecida na lei, este é um atentado claro a esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

autonomia. Os senhores presidentes de Câmara dizem neste momento e estão a ponderar, e bem, mais adiante fazer uma proposta ao governo, a dizer: meus caros amigos, os senhores não precisam de se preocupar mais com as autarquias, basta nomear, em vez de haver eleições daqui a três anos, nomeiem e o problema fica resolvido. Cada um fará aquilo que entende que deve fazer. Esta realidade não tem sentido em circunstância alguma. A questão que se põe sobre esta matéria tem que ser objeto de uma ponderação muito grande de todos. Os municípios que ao longo destes anos tiveram erros graves de gestão, já não digo, quando fala aqui do município da Paços de Ferreira, provavelmente há outros que nem são do PS que estão nas mesmas circunstâncias, isto é transversal, as situações são muito complicadas e portanto não há aqui razões nenhuma de parte a parte sobre esta matéria. Aqui é importante sobretudo apontar aos mecanismos de regularização e fiscalização que a administração central tem, a DGAL via tutela, a Direção Geral das Finanças via as inspeções que fazem em termos financeiros, que sucessivamente e ninguém pode esquecer esta realidade, que sucessivamente durante anos esconderam estes factos. A tutela sabia muito bem em que estado estavam estes municípios. Se não soubesse até podíamos aceitar este tipo de abordagem, mas sempre soube. E como é verdade o sistema que está consignado legalmente é que, é o Estado, administração em si, que em função dos mecanismos que já são conhecidos desde sempre, tem obrigação nas situações de rutura financeira de efetivamente fazer os contratos de reequilíbrio financeiro que permitam que esses municípios possam de facto resolver os seus problemas. E eu aqui cito uma abordagem que foi feita por um autarca que é prestigiado, um autarca do PSD, que não importa escamotear que é o presidente da Câmara do Marco, que quando chegou à Câmara do Marco, apesar da Câmara estar sobre um contrato de reequilíbrio financeiro, chegou ali e viu que aquilo era um descalabro. Pergunto o Estado quer imputar aos municípios cada vez mais responsabilidades que a eles próprios não lhe cabem. Eu acho que isto no mínimo, aliás como a moção refere, há aqui uma abordagem que teve de ser feita com alguma profundidade, se for esta atitude do Estado sempre no sentido de penalizar as autarquias, quer municípios, quer freguesias, então, é preferível nomear as pessoas, decide. Não vale a pena o que está lá instituído na lei, diz claramente, autonomia financeira e administrativa, se não é para ser assim, se é para permanentemente ultrapassar esta situação, é preferível fazer isto. Ninguém anda a enganar ninguém, daqui a três anos não se fazem eleições, nomea-se. O Estado demite-se das suas funções e depois encontra um meio, interessante, com cada vez menos receitas das autarquias, por várias razões, e se efetivamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

têm de ser sempre os municípios a assegurar isto, então há aqui uma inversão da situação, cada vez mais são os que não cumprem que estão salvaguardados. Se assim for qual é a autonomia, o município a freguesia não podem fazer nada, estão condicionados sempre, encaminhado para aquele sentido, então é melhor fechar as portas e ir embora. Parece-me que esta situação merece uma reflexão profunda, transversal à nossa sociedade e não pode ser escamoteada. Acho que esta situação merece seguramente uma ponderação muito grande, concordo com os termos da conclusão que chega esta Moção mas que é importante fazer esta reflexão» -----

----- Eram vinte e duas horas quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «Se me permitem também deixar aqui umas breves considerações sobre esta matéria. Eu queria apenas registar a evolução que a coligação faz nesta matéria embora discordando do facto de ter sido necessário perceberem que afinal os compromissos e as contrapartidas que estavam previstas não seriam cumpridos para mudarem a vossa posição. Porque esta matéria devia ser apreciada e foi apreciada por mim já em Assembleias anteriores no plano dos princípios e essa é que é a base. E no plano dos princípios nós temos que estar e julgo que estamos todos de acordo, que de facto deve haver esse dever de solidariedade perante os municípios que estão numa situação muito complexa e muito complicada em termos económico financeiros, até porque grande parte deles, como sabem durante este mandato acabaram por ter novas lideranças, independentemente de ter mudado ou não a força partidária, mas essa solidariedade tem de ser prestada, conforme já aqui foi dito, não pelos outros municípios mas pelo Estado que se demitiu da responsabilidade de fiscalizar e de evitar que este descalabro tivesse sido possível. Quem tinha o dever e quem tem o dever de colmatar esta lacuna e de facto fazer solidariedade é o Estado. Por outro lado, pergunto eu, quando é que vem a solidariedade para os municípios que tiveram uma gestão rigorosa e responsável? Desses ninguém se lembra. Estaríamos também todos de acordo que de facto o FAM vai melhorar ou pelo menos controlar as taxas de juro de todos os municípios, uma vez que quanto menor risco houver no seio dos empréstimos que são prestados aos municípios, melhor serão as taxas de juro quando se recorrer a empréstimos. Mas isso seria igualmente conseguido se o FAM fosse efetuado apenas pelo Estado porque o risco diminuiria igualmente. E depois o outro argumento de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

não é a fundo perdido, ainda acreditam? Não sejamos ingénuos. Acreditam que este dinheiro vai ser devolvido aos municípios? Quando? Alguém sabe? Ninguém sabe e o mais certo é, pelo menos tão cedo, os municípios não verem este dinheiro. Independentemente desta violação grosseira dos compromissos que o governo assumiu com a Associação Nacional de Municípios, que, aliás de que eu discordo, eu não me revejo em algumas posições que a Associação Nacional de Municípios tem tomado nos últimos tempos e nesta matéria não me revi naquela posição. E tive a oportunidade de o dizer no seio de uma reunião que houve, julgo que em Cinfães, quando lá estive o Secretário de Estado da Administração Local, na CIM e que lhes dei nota justamente disto que aqui estou a dar-vos nota. Lamento profundamente este sucessivo incumprimento dos compromissos do Estado. Havia um outro que ninguém falou aqui e que o Secretário de Estado também assumiu, que teria que ver com a contratação de pessoal. Foi dito que os municípios que tivessem a sua situação económico-financeira controlada iriam ter margem de manobra para poder contratar, mais uma vez falharam e incumpriram este compromisso. Portanto nada me admira nesta matéria de incumprimento dos compromissos por parte do Estado, infelizmente o Estado não tem sido uma pessoa de bem. E portanto acho sinceramente incrível como é que o Estado ainda tem a coragem de propor aos municípios a negociação de transferências de novas competências, quando não cumprem esses compromissos, já dei nota aqui também por exemplo na área da educação, aquele acordo de execução que existe com o município de Lousada tem sido sucessivamente incumprido. Neste momento nós estamos a preparar duas ações para propor contra o Estado que vão entrar nos próximos dias, uma por causa desse acordo de execução na área da educação e outra por causa do FAM em que vamos atacar esta medida, independentemente desta Moção aqui hoje votada, nós já tínhamos a nossa convicção bem formada e por isso vamos seguramente reagir nos próximos dias em termos judiciais.» -----

----- Passou-se de seguida à votação da Moção A, que foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- Com declaração de voto do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: “ O Grupo Municipal do Partido Socialista votou a favor da Moção porque no resultado final a nossa posição é coincidente, mas discorda totalmente dos considerandos enunciados pela Coligação “Lousada Viva”. O FAM é apenas um fundo que obriga os municípios cumpridores ao pagamento de parte das dívidas dos municípios incumpridores. O apoio a essas autarquias em dificuldades deveria ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

totalmente assumida pelo Estado”-----

----- E do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “A Coligação “Lousada Viva” vota favoravelmente esta Moção porque se revê na totalidade nos argumentos apresentados e saúda também a aproximação que o Partido Socialista faz daquilo que já há muito tempo foi aqui falado sobre o princípio da solidariedade e sobre a vantagem em termos de taxas de juro que o FAM constituiu.” -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo presidente da Mesa e restantes membros, excelentíssimo presidente da Câmara, excelentíssimas vereadoras e vereadores, excelentíssimos membros desta Assembleia. Eu tenho duas questões que se prendem com a Mesa e com a correspondência recebida. Há muito tempo atrás recebemos esta comunicação que recebemos pontualmente com a entrega de toda a documentação da Assembleia, onde se dizia que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel tinha solicitado à Mesa da Assembleia Municipal as atas de tomada de posse. E desde esse período até agora nós não recebemos mais nenhuma informação relativamente a esse processo. E é bom que todos nós saibamos que desde que as atas foram pedidas até agora, já decorreram muitos aspetos neste processo. Primeiro: o Ministério Público apresentou uma queixa no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel contra a eleição da Mesa. Segundo: o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel declarou que a eleição da Mesa foi ilegal. E o município recorreu dessa decisão, não alegando a ilegalidade da eleição, não alegando a matéria de facto mas os prazos em que o Ministério Público apresentou a queixa. E é bom que se recorde que no dia vinte e oito de outubro na data da tomada de posse, foi entregue à Mesa da Assembleia uma reclamação sobre a forma como se interpretou a decisão da eleição do primeiro e do segundo secretário da Mesa. E é bom que se diga que unilateralmente o presidente da Mesa assumiu uma interpretação jurídica sobre este aspeto que fez com que neste momento a Mesa seja constituída exclusivamente por elementos do Partido Socialista, não representando aquilo que foi o resultado das eleições autárquicas. O município recorreu para o Tribunal Administrativo Central do Norte. E é bom que se diga também que recorreu uma vez mais, não contra o facto da Mesa ter sido eleita ilegalmente, foi essa a conclusão do tribunal, mas uma vez mais pelo prazo. E o Tribunal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Administrativo Central do Norte, uma vez mais, embora invocando outras razões dá como improcedente o recurso e diz que não só o prazo foi cumprido como a eleição da Mesa é ilegal. E o Município de Lousada não a Mesa da Assembleia, recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo, uma vez mais alegando o prazo. Nós aguardamos que o Supremo Tribunal Administrativo decida. Agora há aqui uma questão que é uma questão de facto, a interpretação do presidente da Assembleia Municipal é uma interpretação errada. A Mesa foi eleita ilegalmente e se o Supremo Tribunal Administrativo decidir que a Mesa vai manter-se assim porque a reclamação feita pelo Ministério Público, não pela coligação mas pelo Ministério Público foi apresentada fora do prazo, significa que nós vamos ter uma mesa nos quatro anos, eleita ilegalmente, apenas por se considerar que houve um pequeno, pormenor no prazo de apresentação da queixa do Ministério Público. Porque é bom que se recorde, uma vez mais, que no próprio dia se solicitou uma revalidação jurídica da eleição, coisa que o Município não fez. E neste momento é o Município e não a Mesa que está a recorrer sucessivamente sobre esta matéria. O mesmo Município que não pediu uma reavaliação jurídica que foi solicitada por esta Assembleia recorre sucessivamente, alegando o prazo. E nós não podemos deixar de dizer que isto é lamentável e de alguma forma envergonha esta própria Assembleia, porque feriu desde o início, desde a tomada de posse a legitimidade dos membros da Mesa.» -----

----- Intervenção da Sr^a Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente de Câmara, excelentíssimos senhores vereadores, senhores deputados, público aqui presente. Há sensivelmente um ano atrás, eu e o meu colega de banca João Carvalho fomos eleitos para a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Lousada. Foi com satisfação que aceitamos esse cargo e também seria com satisfação que participaríamos nas reuniões. No entanto tal não está a acontecer e eu quero aqui explicar a esta Assembleia e aos lousadenses porquê que não está a acontecer. As reuniões verificam-se às quartas-feiras de manhã sempre, sem exceções, às dez e meia. Dez e meia, hora em que, tanto eu como o colega, estamos no desempenho das nossas atividades profissionais. Já solicitamos a alteração da data desta reunião por diversas vezes, para qualquer hora, inclusivamente ao fim da tarde, ao domingo, à hora da missa, qualquer que fosse, mas a nenhuma outra hora estão disponíveis para reunir, apenas à quarta-feira de manhã. Lamentavelmente continuamos a não poder participar nestas reuniões e esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

minha intervenção serve para esclarecer o porquê. Não compreendemos essa intransigência. Não nos explicaram até agora o porquê. Também gostaria de colocar uma questão prática relacionada com os centros escolares e o aquecimento, principalmente daqueles centros escolares que têm ainda lareiras. Informam-me que a lenha chega tarde ou ainda não chegou, e que muitas das vezes está verde, o que não é propício às funções a que se destina, de aquecimento.» -----

----- Intervenção da Sr^a Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados da Assembleia Municipal, estimado público e senhores representantes da comunicação social. Senhor presidente, sabe que a limpeza e desobstrução dos cursos de água e margens é obrigatório para manutenção do bom estado físico-químico e ecológico dos terrenos. Isto é, as ações de limpeza e de desobstrução servem para consolidar as margens, protegendo-as contra a erosão e as cheias. Mas senhor presidente, vamos a perguntas concretas: o que é que tem sido feito pelo município de Lousada para garantir que a limpeza e desobstrução dos Rios Sousa e Mesio esteja a ser feita como a lei o exige? Outra situação que venho interpelar o senhor presidente da Câmara em relação aos resíduos sólidos urbanos. Temos recebido várias queixas de alguns munícipes que tem havido um aumento de acumulação de lixo urbano na via pública, causando mau cheiro e fazendo com que os animais vadios o espalhem. Também algumas freguesias já solicitaram mais ecopontos e contentores e até à data não foram colocados. A questão que se coloca é, quando é que estes pedidos vão ter provimento senhor presidente? E se houve alguma alteração dos contratos na recolha destes resíduos? E se o houve quais foram as alterações? E gostaria que dissesse nesta Assembleia que implicações é que acarretam para o concelho. Queremos saber senhor presidente o que na realidade se passa com este serviço, uma vez que tem piorado qualidade, sendo uma matéria de extrema importância para a saúde pública e para o bem-estar da população. E a propósito de saúde pública senhor presidente pedia que nesta assembleia se pronunciasse sobre a indignação que fez chegar à comunicação social sobre o estado de saúde do concelho, nomeadamente na unidade de saúde Caíde/Meinedo.» --

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente de Mesa, estimada Mesa, senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, colegas, público presente e comunicação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

social. Senhor presidente de Câmara, aquilo que eu gostava de lhe perguntar é se sabe o que é o trânsito em julgado de uma decisão de um tribunal. Parece-me que a coligação “Lousada Viva” veio aqui cedo de mais, tanto quanto se saiba, ainda não há uma decisão dos nossos tribunais e da justiça que tenha dito que a decisão tomada relativamente à eleição dos órgãos da Mesa tinha a interpretação correta ou não. E isso, não olvidando e eu acredito nas suas palavras, desconheço o recurso que foi apresentado, que o recurso cinge apenas a aspetos procedimentais e não a parte ou aspetos de facto que tem a ver com a interpretação que foi feita pelo senhor presidente da Assembleia relativamente àquele artigo. E portanto enquanto essa decisão não transitar em julgado, eu penso que isso é uma não questão. Mas aproveito para lhe dizer duas coisas senhor deputado, a primeira é que vamos deixar a justiça trabalhar que é um conceito que hoje em dia anda aí muito na baila. Vamos deixar a justiça trabalhar e pelos vistos os tribunais administrativos e então o de Penafiel é bastante célere, digo-lhe já. E a segunda é muito simples sabe que os aspetos procedimentais são muito importantes e que o diga a eleição para Caíde de Rei.» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu não me estou a ver a ir a uma reunião da Câmara e interromper a reunião e fazer uma intervenção, também exijo da parte dos vereadores da Câmara isso, e quero-lhes lembrar que isto é uma Assembleia Municipal, só têm direito a falar os membros da Assembleia e os vereadores terão direito a falar no final quando o presidente da Mesa der essa autorização. Espero que respeitem a Assembleia. Agora relativamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, a comissão é uma comissão autónoma, não tem nada a ver com esta Assembleia, não sei a quem é que a senhora quer assacar culpas. Não é esta Assembleia que tem que lhe dar essa resposta. Ponha essa questão no sítio certo e não aqui.» ----

----- Intervenção do Sr. Mário Sérgio do Grupo Municipal do Partido Socialista: Tenho ouvido e ouvi atentamente as intervenções e esta intervenção da senhora deputada Dr.^a Cidália Neto da Coligação “Lousada Viva”, cujo assunto normalmente versa as escolas e o funcionamento das escolas. Eu tenho a dizer-lhe que o PS também está atento a esse assunto, assim como o executivo camarário. Mas isto é um introito, aquilo que vou dizer e para começar eu vou-lhe dizer, “à mulher de César não lhe basta parecer tem de ser” e eu vou entrar no assunto que me levou aqui. Há um ano, em novembro do ano passado nesta Assembleia foi eleita uma comissão de acompanhamento de crianças e jovens que é constituída por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quatro elementos, dois do PS e dois do PSD. Sou eu e a D. Elisa do PS e do PSD é a D. Cidália e o João Carvalho. A tomada de posse deu-se em novembro ou dezembro desse ano e aquando da tomada de posse foi entregue a todos os empossados uma calendarização com as datas e horas das reuniões. Os senhores tomaram posse e nada fizeram. Ao longo do ano realizam-se seis reuniões, a última foi na passada quarta-feira e nessas reuniões os senhores têm primado pela ausência, apesar de na véspera serem convocados via telefone, não aparecem, nem dizem sim nem sopas. As crianças que são acompanhadas pela comissão, que neste momento tem cento e dez processos, já teve cento e vinte e qualquer coisa, não são crianças que desmerecem menos do que as outras de qualquer outra escola. Pelo contrário até merecem mais, são crianças com cuidados especiais e do seu lado, não tem tido esse cuidado. Porque se não pode ir às reuniões, já há muito tempo que deveria ter pedido a substituição. Sabe que no regimento das Comissões das Crianças e Jovens a nível nacional está estipulado que qualquer elemento dessas comissões que falte a três reuniões seguidas ou cinco interpoladas deve ser substituído e até hoje estamos à espera que a senhora comunique que não pode fazer parte dessa comissão.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu uma vez mais, como no dia da tomada de posse reclamo aqui a minha ignorância relativamente a assuntos jurídicos, mas pelos vistos, a minha ignorância tem alguma coisa de sabedoria. Primeiro, é verdade que ainda não transitou em julgado o último recurso para o Supremo Tribunal Administrativo mas também é verdade que a matéria de facto, o próprio recurso do município de Lousada não alega a ilegalidade da eleição da Mesa, alega os prazos e a ilegalidade foi denunciada no dia da tomada de posse. Agora há um outro pormenor, não foi a coligação que meteu a denuncia foi o Ministério Público. O Ministério Público a partir do momento em que solicitou as atas apresentou uma queixa no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, que disse que a interpretação que foi feita nesta Assembleia não correspondia ao espírito da lei e por isso os membros da Assembleia estavam eleitos ilegalmente e que deveriam ser substituídos. E o município recorreu, não pela invalidez da eleição mas pelo prazo em que o Ministério Público apresentou a queixa. E o recurso que é apresentado no Tribunal Administrativo Central do Norte vai exatamente no mesmo sentido ou seja a queixa não é pela eleição, é pelos prazos e não fomos nós que apresentamos a queixa, foi o Ministério Público. Independentemente da decisão que o Supremo Tribunal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Administrativo agora acabe por ter será uma decisão contra prazos, nunca, quanto à validade da interpretação que foi feita no dia da tomada de posse. E além disso há uma outra questão que foi aqui dita que é muito importante, é que a Assembleia, deveria ser informada de todos estes procedimentos, porque são procedimentos importantes, que dizem respeito ao regular funcionamento da Assembleia. Regular e transparente funcionamento desta Assembleia e isso, na verdade, nunca foi feito.» -----

----- Intervenção da Sr^a Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Oh, senhor Ferro então eu não tenho que vir a esta Assembleia, dizer a quem me elegeu, porquê é que não vou às reuniões? Isso de não dar cavaco a ninguém é coisa do PS certamente. Peço desculpa, eu tenho que dizer aos lousadenses e a esta Assembleia porque é que não vou. E disse-o desde a primeira reunião, não foi só agora que me lembrei de dizer, olha, eu não vou porque tenho atividade profissional. Disse-o desde a primeira reunião, estivemos em reunião, voltamos a reiterar esta posição e pedimos alteração da data e é uma coisa que temos vindo fazer ao longo deste ano. E quanto à participação, pois claro se eu não puder dou o lugar a outra pessoa que o faça por mim mas gostaria imenso de poder participar.» -----

----- Intervenção do Sr. João Carvalho do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimas senhoras e senhores vereadores, caros deputados municipais, estimado público e comunicação social. Eu não venho acrescentar muito mais que a minha colega mas como também sou um dos visados. Efetivamente, e senhor João Ferro também sou obrigado a discordar, foi nesta Assembleia que fomos eleitos e é a esta Assembleia que devemos prestar as justificações, Como tal e para ser claro houve uma reunião nos finais de julho em que fomos convocados exatamente pela dificuldade que tínhamos na comparência dessas reuniões. E no qual foi mais uma vez manifestado e reiterado a indisponibilidade que tínhamos ambos de estar presentes nas reuniões ao horário estabelecido. Na realidade e no que diz a mim respeito quando tomamos posse, eu tinha possibilidade em termos profissionais de à quarta-feira me deslocar aquelas reuniões, infelizmente ou felizmente as coisas inverteram-se e neste momento não tenho possibilidade, o que acontece o mesmo com a Cidália. E achamos como é lógico, como só recebemos uma resposta da Comissão de Crianças e Jovens muito recentemente. Achamos por bem não pedir substituição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

antecipadamente e vir esclarecer esta Assembleia Municipal as razões pelas quais não podemos estar presentes nas reuniões. Mais claro que isto é impossível, acho que o esclarecimento deve ser feito aqui, onde nós fomos eleitos para cumprir com as nossas funções.» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Esta Assembleia e o povo de Lousada devem estar interessadíssimos para saber qual é a razão pela qual os senhores faltam à reunião. Os senhores se não podem ir à reunião, por causa do horário das reuniões, só têm de fazer uma coisa, pedir a substituição. Não vão querer que dez ou vinte pessoas que podem ir à reunião, que são as que constituem a Comissão Alargada de Proteção de Menores e de Crianças de Lousada, não vão pretender que essas dez ou vinte pessoas mudem o horário por causa da senhora e do senhor engenheiro.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Como disse eu desconheço o teor do recurso que foi apresentado, não porque nunca ninguém mo transmitiu, porque ele é público, mas porque eu nunca me dignei a consultá-lo. Portanto caro colega a qualquer momento poderá consultar o processo, ele é público e está disponível para si no tribunal. Percebe-se e sei que não tem pretensões de ser jurista, eventualmente, até seria bom tê-lo, por um motivo, esta decisão resulta ou alicerça-se numa interpretação que foi realizada da lei, o tribunal perfeitamente e respeitando-se a justiça pode entender que é incorreta tendo em conta aquilo que é o espírito da lei que aqui foi invocado. Não é isso que está em questão. A questão é, terá de haver essa decisão e essa decisão terá de ser sedimentada para haver uma produção de efeitos, efeitos esses que vocês querem ter desde já neste momento e que pedem desde o primeiro momento. E essa produção de efeitos não pode surgir já, surge no momento em que sair uma decisão transitada em julgado, Por isso é que eu lhe estou a dizer, digo-lhe a si e a qualquer pessoa que está nesta Assembleia, esta discussão que estamos a ter aqui hoje que vai implicar a verificação da produção de efeitos dessa sentença e até onde é que ela vai não é para ser discutida hoje. Nem vocês podem estar a tentar assacar conclusões, responsabilidades dessa eventual sentença se ela não existe. Isso, é neste momento, é um não tema. E portanto eu não percebo e peço ao senhor presidente de Câmara para esclarecer, se existe mais alguma coisa para esclarecer quanto a este assunto, mas para esclarecer se neste momento há alguma produção de efeitos, que eventualmente, até colida com o facto de hoje estamos aqui reunidos. É a única coisa que eu tenho a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

acrescentar.» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu peço desculpa mas esqueci de outra questão, eu já pertenci a essa comissão e essa comissão sempre reuniu à mesma hora. Portanto quando aceitaram o lugar deviam-se ter esclarecido.» -----

----- Intervenção do Sr. Mário Sérgio do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu não queria estar aqui a repetir tudo aquilo que já disse porque será “bater no ferrinho”, já vi. Eu vou só lembrar duas coisas: primeiro, antes de todas as reuniões, no dia anterior, todos os elementos que constituírem esta Comissão são convocados, eu já o disse, via telefone ou outra qualquer forma, são avisados para a reunião do dia seguinte, apesar do calendário que já tinha sido distribuído que todos recebemos e aceitamos, segundo acha justo alterar o horário de uma comissão que é composta por vinte elementos, só por que o horário não agrada a dois. Temos a GNR, Bombeiros, centro de saúde, ensino, etc. estão todos representados nesta comissão, não pode ser alterado por vontade de dois elementos. Esses dois elementos é que se não puderem ir, é muito fácil, comunicam à CPCJ que não podem fazer parte da comissão, comunicam ao vosso líder de bancada e pedem a substituição é só isso que têm de fazer.» -

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Para terminar acho que está toda a gente bem informada da CPCJ. Portanto acho que é daquelas situações que o município não tem qualquer responsabilidade, ainda bem que disseram os fatores que os impedem mas dentro dos locais próprios poderão desenvolver esta questão. Relativamente à Mesa só quero dizer aqui uma pequena coisa e que fique claro para toda a gente que nos ouve. Quando eu ouvi falar de ilegalidade da Mesa, calma, este senhor presidente foi eleito pela vontade dos lousadenses e venceu a vinte e nove de setembro de dois mil e catorze. Que as pessoas não pensem que chegaram ali e sentaram-se. O senhor presidente está ali muito bem onde está de acordo com a vontade dos lousadenses o senhor presidente de Câmara também e todos nós estamos bem no nosso sítio. Portanto essa questão é bom que seja clara e que não fique nenhuma dúvida para os presentes.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «Eu sobre esta matéria, antes de passar ao senhor presidente da Câmara quero deixar aqui o meu testemunho. E reportando-me há um ano atrás



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sensivelmente, a interpretação que eu fiz sobre a matéria de facto e de direito foi aquela e é aquela que ficou consubstanciada na decisão da tomada de posse desta Mesa. Como com certeza se lembram, eu julgo que ali o Dr. Filipe Barbosa, na altura, fez menção à situação da interpretação, não concordava e eu, isso está vertido na ata, tive o cuidado de dar nota de uma forma enfática, meus caros amigos pode a minha interpretação estar errada, não obstante vossas excelências poderão como está instituído nos preceitos legais, recorrer da decisão para instâncias adequadas, disse isto duas vezes no mínimo. E portanto aqui há dois patamares nesta questão da decisão, quando há pouco refere que não foi a coligação que promoveu esta situação, também tenho que lhe dizer que seguramente não foi o Ministério Público por conhecimento officioso que avançou com o processo, é óbvio, penso que não estou a dizer nada fático. É óbvio que os senhores e no vosso direito legítimo, não está em causa isso, fizeram chegar ao Ministério Público do Tribunal Administrativo a questão, não está em causa isso. Portanto não foi o Ministério Público que se lembrou por sua livre e espontânea vontade que este problema podia existir, independente do mérito da decisão como eu disse que naquela altura presidiu à minha decisão. Portanto a invocação do mérito ou não, não conheço a tramitação porque não a acompanhei, nem tinha que acompanhar, o município tem meios jurídicos para o fazer. Não obstante se há aqui uma situação que efetivamente no plano do direito processual e que tem a ver com o cumprimento dos prazos, se eventualmente há preterição de uma formalidade essencial que é da reclamação, efetivamente se ela existe, não sei se existe ou não, não há uma decisão definitiva sobre esta matéria. Sobre a matéria de facto, pelos vistos há um município que aceitou uma interpretação diferente daquela que eu tomei, aparentemente. Há aqui uma questão de outra ordem que é uma questão de ordem processual, a questão que eu ponho e lanço este repto aqui com alguma frontalidade, se vossas excelências estiverem disponíveis, eu também estou e não creio que aqui a bancada do PS não esteja, nós podemos resolver o problema, até antes de uma decisão, não sei se ele existe ou não, desde que haja aqui uma decisão que seja consensual, estou disponível para isso. Não estou a dizer nada que faça parte ou que ultrapasse a minha cultura democrática em tempo das decisões que sempre tomei ao longo da minha vida. Não é nada que eu não tenha feito ao longo da minha vida no âmbito deste tipo de abordagens. Portanto estou à vontade para lhes dizer que independentemente da decisão ser num sentido ou noutro, estou disponível para convosco falar e encontrar uma solução. Quando estamos disponíveis para encontrar soluções não partimos de decisões já tomadas, estamos disponíveis para qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

decisão, não me afetará rigorosamente nada sobre o procedimento, um dia qualquer podemos falar. Sobre isto é a minha posição que eu quero aqui deixar devidamente expressa e agradeço que também a ponderem como aqui referi.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela questão da eleição da Mesa. O que eu posso dizer é que de facto a coligação tem um problema com os prazos, já é recorrente nesta matéria, mas os prazos são para cumprir. E de facto no caso em concreto eu julgo que foi um desconhecimento da lei porque trata-se de contencioso eleitoral, são processos urgentes e os prazos são muito apertados. Como aqui foi dito e bem eu também estive presente no dia da eleição da Mesa, foi a interpretação do senhor presidente da Mesa e foi bem claro, quem não concordasse teria as instâncias próprias para recorrer. Quem não recorre das decisões conforma-se com elas. Houve de facto uma decisão do Tribunal Administrativo Central que fez tábuas rasas disso mas mal e provavelmente vocês já se aperceberam disso e estão cientes de que é muito provável que o Supremo venha de facto a pôr ordem nisto, porque não vale tudo. E conforme aqui foi dito e bem pelo senhor presidente da Assembleia, não foi o Ministério Público que oficiosamente levantou a questão, foi a coligação que percebeu que fez asneira, deixou passar o prazo e que tentou socorrer-se de um expediente, uma vez que, em regra nas questões não especiais como esta, o Ministério Público de facto tem uma outra amplitude em termos de contencioso. E portanto independentemente disso eu julgo que esta abertura que o senhor presidente demonstrou acho que deve ser aproveitada. Aliás mesmo antes da questão ser discutida em tribunal, chegou a haver contactos entre as duas forças partidárias, no sentido de se chegar a um consenso e na altura o que estava em causa era apenas o facto da coligação pretender o primeiro secretário e o grupo parlamentar do PS não pretender, por uma razão muito simples, é que nas faltas e impedimentos do senhor presidente, a Assembleia seria representada por um elemento da coligação e na altura não parecia muito correto. Agora há perfeita abertura para que a coligação e julgo que o grupo parlamentar do PS não se opõe é que integre um elemento na Mesa isso para nós é pacífico, julgo que depois podemos encetar contactos para ver se resolvemos este problema de uma forma consensual, porque sobretudo temos que dedicar este tempo que estamos aqui na Assembleia a discutir matérias úteis para o concelho e não propriamente estas formalidades. Depois relativamente à intervenção da Dr.^a Cidália, conforme aqui foi dito se de facto não tem essa disponibilidade, o melhor é mesmo pedir a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

substituição, a senhora vereadora informou-me que o assunto, a sua pretensão, foi discutida no seio da CPCJ mas infelizmente não houve consenso. Como sabe a composição é muito alargada, há muitos elementos que são funcionários públicos e portanto convém-lhes que as reuniões sejam feitas durante o expediente, são funcionários públicos que estão ali por inerência, em representação de instituições que têm assento na CPCJ. Os outros funcionários públicos, como será o seu caso tem direito a faltar metendo a respetiva falta, agora se não é conveniente e percebo sendo professora que não queira criar entraves. Perante este cenário e uma vez que houve oposição dos outros elementos de se alterar a hora e o dia, da parte da Câmara haveria essa abertura. Portanto em função disso não há aqui outra saída se não pedir a sua substituição por outros elementos que tenham maior disponibilidade. Quanto à questão do aquecimento das salamandras, deu-me nota que a lenha é verde. Se é verde, não devia, devia ser seca. Não é a Câmara que fornece diretamente a lenha a Câmara concede uma verba às escolas para o aquecimento e depois são os agrupamentos que fazem essa aquisição. É uma questão de dar nota ao respetivo agrupamento para acautelar essa situação de forma a não se repetir. Relativamente à intervenção da Dr.^a Sandra, quando à desobstrução do Mesio e Sousa, o que é que a Câmara tem feito? Em primeira linha é necessário saber que o domínio hídrico é da competência específica, não da Câmara mas da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, é evidente que a Câmara também não se demite das suas responsabilidades, sempre que tem conhecimento de situações que constituem problemas em termos de limpeza das linhas de água, age em conformidade, ainda há pouco notificamos o proprietário que fez as podas e deixou os sobrantes no rio. Ainda há pouco também convidei o engenheiro Pimenta Machado que é o responsável regional pela APA aqui no Norte e fui com ele a alguns locais do concelho, onde existem situações muito mais graves do que esta que referiu da obstrução de linhas de água com lixo, silvados, entulhos, nomeadamente construções de muros, coisas que eu considero gravíssimas e que urge resolver, quis que ele se apercebesse no local das situações. Situações essas que em devido tempo tiveram a atuação da Câmara com autos de notícia, contraordenação, com autos de embargo e depois remetemos para a ARH, mas infelizmente até hoje ainda não houve tomada de medidas da tutela da legalidade urbanística. Portanto quis que ele próprio no local se apercebesse da gravidade da situação para depois decidir em conformidade. Quanto à questão de acumulação de RSU's. Um segundo tema de ambiente que trouxe aqui. Eu antes de mais queria registar aqui uma evolução positiva da coligação porque no vosso manifesto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

eleitoral, a palavra ambiente não aparece lá uma única vez. E vejo que hoje aqui na Assembleia já trouxe dois assuntos desta área do ambiente, registo aqui também uma evolução. O que é que se passa aqui nesta matéria? Houve um novo concurso para a recolha de RSU's, já está no terreno para aí há um ano, dois anos, houve algumas alterações de facto, nomeadamente na frequência, por exemplo aqui na área da vila a recolha era diária e agora não é, por uma razão muito simples, uma vez que instalamos os maloches que tem uma capacidade muito superior e depois nas outras freguesias houve alguns ajustamentos. Nós temos de facto sentido isso que referiu, pontualmente vê-se situações menos conseguidas, com a deposição de lixo junto dos contentores, é necessário perceber caso a caso o que é que se passa. Já detetamos algumas situações que foi de deposição indevida de resíduos nesses contentores, como por exemplo verdes, podas, relvas, coisas que não devem ir para o contentor, outras situações de resíduos industriais. E portanto essas situações têm que ser vistas e atacadas caso a caso e depois há também outras situações em que manifestamente os contentores são insuficientes para as necessidades. Portanto, neste momento, temos esses casos identificados, as Juntas de Freguesia foram dando reporte dessa informação e nos próximos tempos vamos instalar mais trinta e quatro contentores para dar resposta a essa situação. Agora é muito importante esse feedback vindo ele de quem vier, das Juntas de Freguesia, dos cidadãos e da própria SUMA que tem esse dever enquanto prestador de serviços, de nos comunicar essas situações irregulares para nós podermos averiguar e evitar essas situações que de facto não dignificam ninguém. Depois relativamente à questão do estado da saúde e da posição que eu tomei. Julgo que a posição foi clara e quem estiver minimamente por dentro desta temática sabe que a saúde está doente e basta ver aquilo que aconteceu há dias em Caíde em que a extensão de saúde esteve impedida de funcionar pelo facto de não haver um único assistente administrativo disponível, uma vez que do quadro havia só um elemento que estava de baixa, depois havia dois pelos programas ocupacionais que entretanto terminaram na sexta-feira e na segunda-feira não havia ninguém para assegurar aqueles serviços. E isto de facto é gravíssimo porque denota por um lado uma falta de investimento em recursos humanos nesta área da saúde, por outro lado denota também uma falta de planeamento inqualificável. Aliás isto já não é novo, aconteceu, não de uma forma tão grave mas já aconteceu um problema idêntico em Meinedo. Há outra situação gravíssima, a meu ver, cuja solução era muito fácil e está perfeitamente identificável que tem que ver com as instalações da extensão de saúde de Lustosa, como sabe não se adequa aquilo que deve ser as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

condições necessárias para a prática médica. Nós quando foi inaugurada a extensão de saúde de Meinedo celebramos um protocolo com a ARS Norte, foi homologado pelo Secretário de Estado da Saúde da altura e que prevê justamente a transferência de instalações para parte da escola de Bouça-Cova em Lustosa, há aqui total sintonia entre Câmara e Junta de Freguesia para que aquela obra se concretize, infelizmente a ARS não tem mostrado o mínimo interesse nesta matéria. Aliás eu tive agendada uma reunião com o presidente do ARS que não apareceu à reunião no dia marcado, nem se dignou sequer a dar uma justificação até ao dia de hoje. Fomos nós que ligamos a perguntar o que é que se passava e a resposta que nos deram foi que o neto ficou doente infelizmente naquele dia, mas pelos vistos não teve agenda para vir cá ao concelho. Foi este mau estar, esta pouca vergonha que me levou a tomar a posição que tomei.» -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção da Sr^a Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Todos nós sabemos que o direito à proteção na saúde está consagrado na Constituição da República Portuguesa e todos os portugueses têm acesso aos cuidados de saúde ou deverão ter acesso, respeitando os valores como a dignidade humana, ética, equidade e solidariedade. Senhor presidente da Câmara estou perfeitamente de acordo consigo quando diz que realmente a saúde está doente e concordo também plenamente que há situações que nos devemos unir e dizer o que está mal quando está mal. E realmente em relação às instalações do centro de saúde de Lustosa, concordo plenamente elas estão degradadas e põe em causa as melhores prestações de serviço a nível de saúde à população. E enalteço-lhe já aquilo que foi feito entre a Junta de Freguesia de Lustosa e a Câmara Municipal para tentar resolver esta situação o mais rápido possível. Em relação ao que se passou na unidade de saúde de Caíde/Meinedo devo dizer que é lamentável. Em Caíde passou-se que durante dois dias, dia três e dia quatro de novembro, a população não teve acesso aos cuidados de saúde mas também devo dizer que no dia vinte e quatro de novembro, Meinedo também não teve de manhã e isto por falta de assistentes técnicos administrativos. Na opinião do senhor presidente da Câmara e passo a citar “a saúde está em estado doentio” e se por um lado posso concordar com esta afirmação e que realmente têm um quê de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

veracidade importa esclarecer algumas questões. O ACES Tâmega III-Vale do Sousa tem vinte e quatro unidades funcionais, tendo noventa médicos, cento e catorze enfermeiros, treze técnicos superiores, sessenta assistentes administrativos técnicos e trinta e sete assistentes operacionais. É verdade senhor presidente que a unidade de saúde Caíde/Meinedo tem um défice de assistentes administrativos, tem um efetivo em cada polo, o que condiciona inclusive o horário de funcionamento desta unidade de saúde. Por exemplo Caíde devia funcionar das oito às vinte, só funciona das oito às dezoito e o polo de Meinedo funciona das oito às dezasseis. Quando o senhor presidente diz que falta pessoal administrativo é verdade mas neste momento aconteceu em Caíde, aconteceu em Meinedo mas pode acontecer em qualquer outras unidades de saúde do concelho. E porquê? Porque os técnicos administrativos efetivos que a ACES tem são sessenta quando deveriam ter cento e quatro. O que é que acontece? Esta falta de assistentes administrativos, são muito importantes porque mesmo tendo os estagiários, que são os candidatos ao abrigo do CEI- Contrato de Emprego e Inserção, estes não podem estar a exercer as suas funções sem ter um supervisionamento destes elementos efetivos, e se eles não existirem por lei é ilegal eles estarem a assumir o trabalho sozinhos e a razão do problema está aqui, é que a falta de recursos humanos, não está só mas também nas equipas dos técnicos administrativos está também nos assistentes operacionais. E os assistentes operacionais são essenciais para o auxílio das equipas de enfermagem e médicas bem como limpeza e desinfeção das unidades de saúde podendo esta rutura por em causa a saúde pública. O que está em causa é a legislação atual que até à data não deu provimento aos pedidos feitos pelo ACES para o aumento dos recursos humanos efetivos e face à conjuntura atual, a ARS não tem qualquer autonomia de contratação mas sim apenas com o aval do Ministério das Finanças. Perante os factos, independentemente se a governação é PS ou PSD ou CDS-PP temos de fazer um esforço em conjunto para que a atual legislação seja alterada e nós coligação “Lousada Viva” estamos abertos e estamos dispostos a participar nessa atuação. Para terminar deixe-me senhor presidente da Câmara dizer-lhe que partilho da sua opinião, de que a necessidade de poupança não pode pôr em causa a qualidade dos serviços públicos essenciais prestados aos cidadãos nomeadamente na área da saúde, mas é lamentável senhor presidente, é que o seu executivo camarário não partilhe da sua preocupação pelo estado de saúde do concelho, nem aproveite em Sede própria para demonstrar o empenho nesta área, como é o caso do conselho da comunidade do ACES que se reuniu no dia dezanove do onze deste ano em Felgueiras, em que um dos pontos da ordem de trabalho era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

precisamente a situação preocupante da falta de recursos humanos que o ACES se debate diariamente, que está mesmo senhor presidente em fase de rutura, e que a senhora vereadora do pelouro da saúde não compareceu nem se fez representar. Eu pergunto senhor presidente, é desta forma que defende e que exige que os lousadenses sejam respeitados nestas questões tão pertinentes e importantes como direito ao cuidado da saúde ou apenas o faz na comunicação social? Por isso senhor presidente da Câmara, deixemos de demagogias e sejamos sérios na política. E deixo um desafio muito claro e concreto ao senhor presidente da Câmara, reencaminhe aos deputados da Assembleia as diligências que até à data foram efetuadas sobre este assunto junto da tutela. Porque senhor presidente falar na imprensa é muito fácil.» -----

----- Intervenção da Sr^a Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Na sessão anterior o senhor presidente disse que eu o que gostaria era de não ver iniciativas, atividades no concelho. Senhor presidente isso soou-me a argumento de quem não tem argumentos, um argumento meramente retórico. Obviamente que o que eu quero é que haja muitas e boas iniciativas no concelho e prova disso é o meu passado que mostra que já dinamizei bastantes na minha freguesia e no concelho. Obviamente que o senhor presidente não tem que o saber mas estou agora a dizer-lho para que não volte a esse argumento que realmente não tem nenhuma razão de ser. E para mostrar que gosto, quero aqui congratular-me com uma iniciativa que se realizou recentemente em Lousada, “A Festa da Animação” de facto uma ótima iniciativa com uma articulação positiva com as escolas, capaz realmente de dignificar o concelho e que muito, estou certa, agradará a todos os lousadenses. No entanto temos de refletir sobre uma situação: é ótimo que haja atividades mas é ótimo que elas sejam vistas, que haja público, mas não houve, o público foi escasso. E foi uma atividade que foi amplamente divulgada nos meios de comunicação, com publicidade paga, na televisão inclusivamente. Portanto senhor presidente é preciso refletir, ver o que é que está a falhar, porque são dinheiros públicos que estão a ser investidos, é o dinheiro de todos nós. E portanto temos de ver o que é que está a falhar, o que é que tem que mudar nesta estratégia. É tempo de pensar muito bem a aplicação deste dinheiro e ver o que é que está a correr mal. E por falar em dinheiros públicos, gostaria de falar ainda noutra questão, vossas excelências estão sempre a falar na transparência, quero colocar-vos aqui uma questão relacionada com o complexo desportivo, que todos apreciamos, temos excelentes infraestruturas. O senhor presidente ainda há pouco e passo a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

citar disse que, no seu facebook, julgo eu até que o diz, “o interesse crescente nas nossas infraestruturas é uma realidade mais do que evidente e comprovada”, Ainda bem, ficamos todos felizes, porque o nosso complexo atrai praticantes para as diversas modalidades, vai ser utilizado creio pela seleção de sub dezanove, sub vinte e um, foi no passado já utilizado pela seleção do Marítimo. Bom isto é prestigiante para o concelho todos nós ficamos contentes temos boas instalações gostamos que cá venham. Nós queremos saber: quanto é que nos custa ter aqui uma equipa a fazer um estágio? E o que é que nos deixam para além do prestígio, nós queremos saber quanto é que eles nos pagam e o que é que nos fica. Isso é que os lousadenses não sabem, os lousadenses não sabem quanto é que custa vir cá a seleção, não sabem quanto é que deixam cá ficar para além do prestígio que é inegável. Portanto queremos saber, se é uma Câmara transparente queremos saber exatamente estes valores.» -----

----- Intervenção do Sr. João Carvalho do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Antes de mais para concluir que tenho de pedir a substituição por um colega que seja funcionário público. Senhor presidente analisando as informações que nos remeteu e a sua intervenção constatamos que atribuiu elevada importância e relevância ao lugar que foi atribuído a Lousada no ranking do Índice de Transparência Municipal. Aliás tem sido um tema bastante enfatizado pelos membros do Partido Socialista tanto nos órgãos de comunicação social como nas redes sociais. Senhor presidente é importante que sejam esclarecidos os munícipes e desmistificada a importância que tem sido dada a este índice. Senhor presidente a maioria dos lousadenses não sabe quais os critérios que conduziram a esta atribuição e é importante que isso seja efetivamente esclarecido. E o critério de atribuição desta classificação seja a Lousada ou outro concelho qualquer, incide única e exclusivamente na quantidade de informação que é disponibilizada aos munícipes no site da autarquia, consideramos para um critério como este, há uma sobrevalorização do assunto, não que deva ser desvalorizado mas acho que não deve ser tão enfatizado. Senhor presidente e se me permite a sugestão e se quer efetivamente pautar esta autarquia pela transparência porque não e aproveitando uma ferramenta como a internet e neste caso o site, o motor desta classificação, e permitir que qualquer lousadense que apresente na autarquia um projeto, seja-lhe atribuída uma password e um username e que seja possível em tempo real de uma forma cómoda e transparente consiga acompanhar o estado do seu projeto. Isso sim senhor presidente, acho que era uma ideia bastante útil para os munícipes e uma forma mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

transparente de trabalhar com eles.» -----

----- Intervenção da Sr^a Ana Sofia Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimas senhoras vereadoras, estimados deputados, caro público. Senhor presidente no início desta minha intervenção não podia deixar de o felicitar por finalmente, ter sido capaz de dar início ao processo de criação do Conselho Municipal da Juventude. Devo lembrá-lo que esta tem sido uma bandeira da coligação desde há mais de oito anos. Finalmente aquilo que até então tão desvalorizado foi por este executivo vai agora ser uma realidade, mas como diz o ditado, “mais vale tarde do que nunca”. Esperamos que seja capaz de mais do que se sentar à mesa com todas as associações juvenis, seja capaz de as ouvir, uma vez que estas são representativas de todas as franjas da juventude, indo assim ao encontro das reais necessidades dos jovens lousadenses. Mas como o Conselho Municipal de Juventude ainda não é uma realidade, não podia deixar de o interpelar relativamente ao orçamento participativo jovem. Senhor presidente, dois dias após o início da votação das propostas, salvo erro, disse à Rádio Clube de Penafiel que já tinham votado quinhentos jovens. Volvidos quinze dias só votaram mais trinta jovens? Considera que com este número de votantes pode afirmar como a JS já o fez, que o orçamento participativo jovem é representativo de toda a juventude lousadense? Este número não lhe causa algum amargo de boca, quando apregooou aos quatros ventos que Lousada é a Capital da Juventude? Mas senhor presidente não foi só a escassa votação que surpreendeu a coligação. Analisando as normas do orçamento participativo mais concretamente o artigo sete, ponto três da alínea d) onde se lê: “serão excluídas as propostas já concretizadas no panorama municipal”, estranhamos que uma das proposta apresentadas à votação e por sinal a proposta vencedora tenha como designação, “Festival da Juventude de Lousada”. Esta atividade já não é nova para os jovens lousadenses, aliás na própria apresentação da proposta este facto é claro quando a mesma diz, passo a citar: “esta iniciativa visa oferecer um conjunto de atividades que complementem o atual programa, criando uma série de iniciativas durante os dias do festival que promovam novos estilos novas ideias e valores locais”. Entenda-se porém que a coligação “Lousada Viva” nada tem contra os vencedores. Continuando a análise do documento, artigo oito, ponto dois é dito que, a execução do projeto será acompanhada de perto por parte dos técnicos municipais. Deste modo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

senhor presidente gostaria de ver esclarecidas as seguintes questões: a implementação do projeto será da responsabilidade de quem elaborou a proposta vencedora ou da Câmara? Dada a já existência de um Festival de Juventude, que já é patrocinado pela Câmara pergunto ainda, vão existir dois festivais, os vencedores terão de concorrer à organização do dito festival para poderem receber a verba dos vinte e cinco mil euros? Caso não ganhem como poderão colocar em prática as suas ideias e aplicar a dita verba? Ou serão os vinte e cinco mil euros um complemento para o dito festival já existente? Como vê senhor presidente este orçamento é tudo menos claro e conclusivo, para não referir que em nada vai alterar a realidade dos jovens lousadenses.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Costuma-se dizer que o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. E a verdade é que podem dizer o que quiserem. A Assembleia começou mal com a eleição da Mesa e depois também era importante que se dissesse aqui outra coisa, o senhor presidente tem toda a razão quando chama o elemento independente, nós continuamos a ter um Regimento, o senhor presidente não sabe porque não estava a presidir essa Assembleia, foi feita uma reunião preparatória com três grupos para esta Assembleia e depois quando se fez a votação já só havia dois grupos e mesmo assim se votou, mas o Regimento que nós continuamos a aplicar continua a ter três grupos parlamentares, com tempos para três grupos parlamentares, e por isso faz muito bem quando chama o elemento independente, porque está a dar cumprimento efetivo ao Regimento que está em funcionamento nesta Assembleia Municipal. Depois relativamente àquilo que se disse sobre ambiente, deve haver um erro qualquer, deve ter lido a versão “rosa” do programa e não a versão da coligação “Lousada Viva” porque a palavra ambiente aparece aí várias vezes. Quando se fala de água, quando se fala de saneamento, quando se fala de recursos hídricos, Mesio e Sousa e chegado a este ponto era muito importante que se falasse, e aí sim que se questionasse o presidente porque são assuntos importantes, o que é que se tem feito para a valorização dos recursos hídricos do Mesio e do Sousa? O que é que se fez em concreto quando houve graves atentados contra as nascentes do Mesio e que se fez contra atentados muito graves que se fizeram também contra as margens do Mesio na Ordem? O que é que se tem feito para a valorização do recurso que é o Rio Sousa? Além disso, neste momento qual é o ponto da situação do aterro sanitário de Lustosa? De vez em quando é um assunto que vem à baila. Não é importante? Há avanços, há recuos? Qual é a situação neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

momento relativamente aos outros municípios e relativamente à substituição do aterro que lá está? É porque podem sistematicamente empurrar estes assuntos com a barriga para a frente, assobiando para o lado mas eles continuam aí. E se há alguém responsável relativamente a estas situações todas é o executivo PS, que governa a Câmara há mais de vinte anos e que há mais de vinte anos, embora muitas vezes procuram esquecer isso, vai perdendo sistematicamente votos. Continuam a ter a maioria dos votos e por isso legitimamente estão aqui eleitos, contra isso nada, mas a verdade é que desde dois mil e um até agora, se há propostas que tem ganho valorização e que têm aproximado, não são dezenas nem centenas, são milhares de lousadenses, são as propostas da coligação “Lousada Viva”. Nós muitas vezes esquecemo-nos dos resultados de dois mil e treze. Os resultados de dois mil e treze deram a vitória a um programa do Partido Socialista mas também houve milhares de lousadenses que se reviram num projeto que foi apresentado pela coligação “Lousada Viva”.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O senhor deputado tem toda a razão, por isso é que estão cá membros do PS e membros da coligação. Eleições são para isso, elegeram um presidente da Câmara, elegeram esta Assembleia, existem estes membros repartidos na proporção dos votos que foram obtidos. Não percebo qual é o seu problema, daqui a pouco vai dizer que há milhões de lousadenses que votaram na coligação mas nós é que lideramos. Senhor deputado desculpe mas acho que está atentar encavalitar-se naquilo que são os votos dos lousadenses. Ninguém diria que nos dias a seguir às eleições mal conseguiam sair á rua. Bem vamos lá ver ou como diria uma deputada ainda há pouco tempo num vídeo aqui em Paredes, era uma deputada do PSD, que Lousada eram favas contadas e afinal, por causa de ninguém se ter demitido da estrutura do PSD... enfim são outras situações. Os senhores querem passar como se tivessem ganho as eleições, lamento, isso não é verdade, podem recolher o apoio de muitos lousadenses mas certamente que não acolheram da maioria. Não quer dizer que não o venham a fazer, por isso é que estamos num regime democrático e por isso é que temos de aceitar, livremente, aquilo que são as escolhas dos nossos concidadãos. Se o senhor o quiser aceitar deixa de vir para aqui fazer estas figuras e esta teatralidade como se a coligação “Lousada Viva” fosse o centro do mundo e dos arredores. Lamento e peço que não se tente vangloriar ou aproveitar de situações e de factos que não existem. Dizer outra coisa, eu concordo com tudo o que aqui foi dito relativamente a saúde e ambiente e reforço educação, defesa, sistema judicial, sistema judiciário, tudo isso. Faltam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

peessoas a trabalhar no Estado? Faltam. Faltam recursos ao Estado? Falta. Faltam toner, papel e canetas. Falta papel higiénico nas casas de banho? Falta. Ainda bem que os senhores vêm aqui dizer isso, ainda bem. Porque será? Vem aqui dizer que nós nos devemos revoltar contra isso, devemos. Vem aqui perguntar o que é que o senhor presidente de Câmara fez. Senhor presidente peço-lhe que esclareça. Mas eu vou-lhe dizer uma coisa antes senhor deputado, o que o PSD- Lousada fez? O PSD-Lousada e como disse publicamente enquanto cidadão de Lousada congratulo-me com isso, o PSD-Lousada tem um militante seu, que é deputado na Assembleia da Republica, eu sei que tem dois, eu não os conheço, um até anda a ser badalado na “Visão”, mas eu estou-me a refir a um em concreto, que faz parte da comissão da Assembleia, Saúde. E eu pergunto se vocês sabem quantas vezes ele falou do caso de Lustosa, Caíde de Rei, Meinedo ou de outros concelhos aqui vizinhos? Eu não sei mas vou já saber porque isto é informação que está num site do parlamento que é transparente. Mas parece-me que minha resposta não vai andar muito longe de um número curvo. De todo modo e como dou beneficio da dúvida aproveito para lançar esse repto. Antes da coligação “Lousada Viva” vir aqui dizer o que quer que seja relativamente a uma postura desta Assembleia Municipal sobre esses temas perguntem o que é que vocês já fizeram em prol destes temas. O que é que o nosso ilustre colega municipal, que hoje não está presente e que também é deputado no parlamento já fez? E vamos então em conjunto, porque agora andamos a pensar em conjunto, apresentar uma proposta que reflita isso que os senhores disseram, falta técnicos administrativos, que não há condições, porque isso é tudo verdade. E há outra verdade aí que é dentro daquilo que são as competências do Estado, nomeadamente aquilo que são as competências do Estado central e da administração central e aquilo que são as competências da administração indireta do Estado, autarquias locais, a maioria dessas situações que referem, ambiente, saúde, o exemplo que a senhora deputada falou, são competências que neste momento estão na administração central. E portanto vir dizer, ao senhor presidente de Câmara, o que você já fez? Eu não sei qual vai ser a resposta do Dr. Pedro mas eu dizia-lhe logo, minha senhora eu sou incompetente nessa matéria, a lei não me dá sequer margem de manobra. Se você me disser assim, mas nós devíamos tomar uma posição política na defesa do concelho, concordo, corroboro e assino por baixo. Agora não vamos interpelar o senhor presidente para saber o que é que ele já fez. Ele já aqui deu a resposta e disse tudo aquilo que fez e que podia fazer. Agora não vamos tentar tirar responsabilidades, ilações de casos concretos onde nós não podemos fazer nada. Por último, há uma questão que eu gostava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

também de dizer, eu acho que, e o senhor presidente diga-me por favor se concorda ou não com este ponto de vista. Eu tenho andado a pensar como é que Lousada se centra aqui no meio da região. E sinceramente quando eu vejo os fundos de apoio municipal, quando vejo iniciativas que podiam trazer relevo para o concelho, o meu primeiro pensamento é, Lousada está a ser completamente marginalizado, e isto a mim enquanto lousadense, enquanto jovem lousadense preocupa-me. E eu vou dar um exemplo que para mim é essencial, a questão do FAM, concorde-se ou não com os princípios a verdade é que quem vai perder somos nós lousadenses. O dinheiro que sai daqui vai para outros, não é para nós investirmos em Lousada. A gestão seja ele PS seja ela PSD, a verdade é que quem quer que esteja ali sentado não vai poder gerir esse dinheiro, que soube gerir e que nós soubemos acompanhar essa gestão, não o vai poder gerir em prol dos nossos concidadãos aqui no concelho. Essa é a primeira coisa que tem de pensar também, é perante eles que nós respondemos, eu não respondo perante o Cartaxo ou Paços de Ferreira, primeiro ponto. O segundo ponto é, eu ainda não vi, ainda não sei porque raio é que uma entidade de turismo nega apoios ao Norte e a autarquias do Norte para realização de um evento de elevado valor acrescentado para a região, quando de bom grado o daria para as regiões e autarquias do Sul e refiro-mo muito concretamente ao Rali de Portugal, que eu espero muito sinceramente que nós façamos um esforço para que ele se realize, dada a sua importância. Mas eu preocupo-me com a atitude daquele instituto e daquele setor do estado central em não disponibilizar verbas para o nosso concelho e para os concelhos vizinhos, quando disponibilizaria para outros de bom grado no sul, e o fez. Portanto eu estou a ver sinais indeléveis de nós estarmos a ser marginalizados e digo isto com muita tristeza e espero que nós já que estamos numa postura de trabalho conjunto, possamos fazer ouvir junto das entidades centrais, do estado central, não a nossa lamúria, mas as nossas exigências relativamente àquilo que devem ser as prioridades aqui no Norte também. E aí digo-vos também muito sinceramente, nada melhor do que pessoas do CDS-PP para falar com dirigentes do CDS-PP. Por último, para terminar referir-me ao Conselho Municipal da Juventude. Eu devo dizer que a JS-Lousada há muito tempo que pugna pelo Conselho Municipal da Juventude não apenas a JSD e devo dizer uma coisa, em abono da verdade, a primeira lei dos Conselhos Municipais da Juventude é uma proposta da JS, na qual, feliz ou infelizmente pessoas e militantes de Lousada também tiveram o seu contributo. Feliz ou infelizmente a JS em boa hora propôs, assumiu que de facto nós deveríamos avançar nessa postura de ter o Conselho Municipal da Juventude e pelo que sei essa proposta foi aceite e bem aceite. E portanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

penso que temos todo um caminho pela frente no sentido de desenvolver aquilo que é o Conselho Municipal da Juventude e as propostas que nós poderemos dar de valor acrescentado em conjunto, a trabalhar.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Fazendo só aqui um pequeno aparte. A questão do ambiente, da coligação, de água e saneamento tem mais a ver com o capital e dinheiro do que propriamente a preocupação ambiental, mas ainda assim registamos. Eu quero também realçar que nós ainda, aqui nesta Assembleia por parte do PS não tínhamos falado ainda do ranking pela transparência e nem vou falar, porque os dados são objetivos, são notórios e todos os trâmites, todos os parâmetros avaliados são claros nesses estudos, qualquer um poderá consultá-los facilmente. O que eu estranho é a rapidez com que o PSD-CDS na altura em que surgiu um estudo Portugal City Brand de uma empresa privada a Bloom Consulting que colocava Lousada num lugar, para aí, o cento e cinquenta ou que seja, relativamente à atração de investimento turístico, depois tive que vir aqui realçar todos os aspetos desse estudo, e que pronto, não era mais nem menos do que uma empresa que fazia um ranking e depois pretendia que os municípios contratassem serviços para melhorar esses mesmos números. O que não acontece com este ranking da transparência. Este ranking é elaborado por uma entidade independente, uma associação cívica constituído por figuras públicas, uma delas o Dr. Paulo Morais, está a acima de qualquer suspeita e com critérios bem definidos, tem a ver com o site, obviamente os critérios estão lá, mas os municípios precisam de ter a informação, precisam de ter a transparência para colocar as coisas no site. E um dos parâmetro de avaliação, se lerem, desse ranking é também as contas municipais. Não minorizando ou maximizando qualquer ranking, porque os rankings e agora em abono da verdade, os rankings valem o que valem. A situação financeira pode estar muito boa no momento e agora sei lá com o FAM com mais uma situação urgente, Lousada poderia baixar no anuário ou no prazo médio de pagamentos. Não tem acontecido isso o prazo médio de pagamento, estávamos a pagar a vinte e nove dias agora até pagamos a vinte e dois. Não estranhem que as vezes podemos passar para vinte e três, não vem o mal ao mundo, até noventa dias é um valor perfeitamente aceitável. Há que ter aqui alguma ponderação e avaliarmos as situações como devem ser. Dando a importância que valem aos vários rankings, dando mais importância é lógico, aqueles que advêm de entidades governamentais, como a DGAL, o ministério das finanças. Relativamente ao orçamento participativo jovem ainda bem que gostaram da iniciativa. É logico que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

iniciativa poderá em meu entender ser melhorada é uma iniciativa nova, todos os municípios estão a tentar progredir nesse sentido. A presidência da Câmara aceitou essas propostas, procedeu a todo esse processo que já está concluído. Em abono da verdade é bom que se diga não houve qualquer protesto das candidaturas. Todo o processo decorreu e tal como o presidente explicou no TVS mas irá ter espaço para explicar facilmente essa questão. A votação, nos primeiros dois dias, aconteceram quinhentos votos mas nem todos eram válidos, depois teve que se fazer a triagem, isso já foi mais do que explicado, alguns faltavam dados, outros tinham informação a mais outros não escolhiam a proposta e os serviços técnicos avaliaram isso. Em jeito de comparação se isso é ou não representativo, por exemplo podemos ver os orçamentos participativos jovens de diversos concelhos equiparados com a população. Estarreja teve trezentos e quarenta e cinco votos, é só um exemplo, há mais basta pesquisar. Foi o primeiro é lógico que o intuito é termos mais, o intuito até seria ter todos os jovens a votar era o melhor que poderia acontecer. Quanto à questão que colocou, dentro da aceitação das propostas que já seriam concretizadas no âmbito municipal. Eu acho que estava lá e é bem explícito e acho que já foi explicado que pode haver a remodelação neste caso do Festival da Juventude, como foi aceite e remodelação do canil municipal. O canil municipal já existe e foi aceite a remodelação, a melhoria do canil municipal. Neste caso o Festival da Juventude já existe mas os promotores terão que melhorar o Festival da Juventude. Tudo isto é de louvar a Câmara Municipal de Lousada, a meu ver, que em abono da verdade o orçamento participativo serve em última análise quase como uma crítica àquilo que está menos bem e as pessoas tentam melhorar. A aceitação dessas propostas em todas elas, acho que é um facto de louvar. Nós podíamos dizer não aceitamos a proposta do Festival da Juventude porque ele já está muito bem como está. Houve abertura para aceitar essas propostas também já foi explicado na comunicação social pelo presidente que várias propostas foram recusadas e para elas não serem recusadas logo à partida, alargou-se o prazo, foi pedido esclarecimento, uns responderam outros não. Havendo sempre uma abertura total neste sentido. Eu acho que tudo isto é claro, uns divulgaram mais e houve esse interesse, outros não divulgaram nada, mas cada um sabe o que poderia fazer relativamente a este assunto. Esperemos que o orçamento participativo do próximo ano tenha uma votação bem maior que envolva mais pessoas, tenha mais propostas e é tudo isso que nós queremos.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Bem no dia a seguir às eleições todos nós saímos à rua para ir trabalhar, todos nós temos o nosso emprego e fomos trabalhar de cara levantada porque aceitamos democraticamente aquilo que os lousadenses decidiram. É importante que se refira claramente que se há algo que nos move desde há muitos anos não é o interesse por cargos, porque caso contrário já teríamos desistido e teríamos procurado outras soluções. Eu já estou nisto há muitos anos e só tenho verdadeiramente prejuízo com esta participação cívica, quer na Assembleia de Freguesia de Lustosa onde presidi durante um mandato, quer na Assembleia Municipal. Por isso, certamente que não foi, e julgo que não será a maior parte ou a totalidade dos membros, não é problema nenhum no dia a seguir sairmos à rua. Fizemos na segunda-feira exatamente aquilo que tínhamos feito na sexta-feira anterior que é ir trabalhar. Depois por aquilo que eu percebi, o PSD tem feito bastantes coisas, tem denunciado junto da Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, tem denunciado junto de órgãos competentes, quer regionais, quer nacionais muitas destas questões que aqui foram levantadas. Mas por aquilo que eu percebi o presidente da Câmara é que não tem feito nada, é incompetente. Foi ele que disse limito-me a citar as afirmações incompetente juridicamente para resolver estas questões. Ele meteu tudo, todas as questões no mesmo saco. Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude também há aqui uma questão que ainda não consegui perceber. Aquilo que o João afirmou contradiz na totalidade, não é em parte é na totalidade, aquilo que foi afirmado na Assembleia Municipal em que se falou do Conselho Municipal de Juventude e que se afirmou até pelo próprio presidente de Câmara que olhou para aquele órgão, como órgão sem qualquer interesse, onde os jovens apenas iriam fazer política sem qualquer relevância e como tal até já haviam outros órgãos que estavam implementados no concelho e que eram muito mais importantes e até substituiriam, muito melhor, o próprio Conselho Municipal de Juventude. Portanto fiquei aqui com uma dúvida, sempre defenderam, se valorizavam ou não, esta questão ficou aqui por levantar, mas eu volto a colocar uma questão, porque nós podemos não ter feito nada por muitas coisas, o que não é verdade. Com as competências que nós temos e nós aí somos verdadeiramente incompetentes juridicamente para fazer muitas coisas. Com as competências que nós temos, eu acho que nós até temos feito muito, naquilo que é o acompanhamento dos interesses, dos problemas e das questões que são colocadas às populações. Mas relativamente à questão que foi colocada sobre o Rali de Portugal, eu subscrevo na totalidade aquilo que o João Correia disse sobre o investimento ou desinvestimento que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

feito a nível central nesta atividade. Aliás eu tenho alguma dificuldade, eu e a maior parte dos membros da coligação temos alguma dificuldade em entender como é que uma atividade que é financiada quando é realizada a Sul deixa de ser financiada quando é realizada a Norte. E por isso nós concordamos com isso, mas também não deixa de ser colocada aqui uma outra questão porque muitas vezes fala do desporto automóvel como uma bandeira do concelho de Lousada e verdadeiramente foi, uma bandeira do concelho de Lousada, mas ao longo do tempo, sendo os promotores uma associação privada, ao longo do tempo também não deixa de ser verdade e se não é verdade por favor desmintam-me e perdoem-me a minha ignorância, mas também não deixa de ser verdade que ao longo dos anos a Câmara Municipal de Lousada fez avultados investimentos, participações não financeiras, como obras na pista da costilha e que pelos vistos, nunca salvaguardou ou acautelou os interesses daquele empreendimento, daquela pista, daquilo que era verdadeiramente uma bandeira. E não só isso também gostava de saber de que forma é que se promoveu ou se valorizou ou se procurou otimizar aquilo que já funcionava muito bem e aquilo que verdadeiramente dava uma visibilidade acima da média, acima de qualquer outra atividade que se faz ou que se fez no concelho. E é necessário que se diga isto, acima de outra atividade que se faz ou se fez no concelho. Aquilo deu uma visibilidade com custos às vezes muito inferiores a algumas atividades que se diz que promovem o concelho e verdadeiramente promovem mas têm custos acrescidos e que, a verdade é que nós permitimos que se terminasse ou que se deixasse definhar esta grande bandeira que era o desporto automóvel em Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa e demais membros, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores. Venho aqui congratular-me com o facto da Câmara Municipal de Lousada, do senhor presidente, da senhora vereadora e da bancada do Partido Socialista terem finalmente percebido as vantagens do Conselho Municipal da Juventude. Na minha primeira intervenção neste órgão feita na Assembleia Municipal de junho, se não estou em erro, quando vim aqui pedir ao senhor presidente da Câmara e lançar o desafio para criar até ao final do ano o Conselho Municipal da Juventude ou iniciar as diligências, na altura obtive a resposta de que o Conselho Municipal da Juventude era um órgão desnecessário, um órgão onde o qual as juventudes partidárias se iriam gladiar pelo prestígio público não ouvindo as instituições. Foi o local onde ouvi o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

presidente da Câmara, que por acaso preside ao órgão, dizer que era um perigo porque os jovens podiam se desanimar pelo simples facto de não verem as suas ideias seguidas no âmbito da política camarária e, passados estes meses é agradável ver que o Partido Socialista mudou de opinião. Dá vontade de dizer, “bem-vindos ao clube”. É verdade, como foi aqui dito que o Partido Socialista na primeira legislação apresentada na Assembleia da República esteve na origem da legislação. Curioso é o facto de que em Lousada o Partido Socialista parece ter esquecido deste facto durante alguns anos e como diria o senhor presidente da Câmara nesta mesma sessão, prazos são prazos. E o prazo da segunda revisão desta lei, já lá passou há bastante tempo, mas é sempre bom ver que o Partido Socialista ou mudou de ideias ou finalmente percebeu que prazos são prazos. A Juventude Popular e a Juventude Social-democrata penso eu, como representantes da coligação “Lousada Viva”, terão todo o interesse em estar nesse órgão, ouvir a juventude, como sempre manifestamos este interesse e como tal, presamos o facto de o senhor presidente da Câmara, finalmente ter dado ouvidos à razão. Falaram aqui pela palavra do senhor deputado João Correia, relativamente ao facto da posição do Instituto Turismo de Portugal, pedir aos membros eleitos pelo CDS na coligação “Lousada Viva” para tentar obter informação. De momento não conheço propriamente os pormenores da decisão de facto, não sei se simplesmente foi por algum contrato estabelecido com as decisões do Sul ou do Norte mas simplesmente manifesto-me totalmente de desacordo com a decisão da tutela, se houver discriminação entre o Norte e o Sul. Sempre que o centralismo de Lisboa puser em causa atividades do Norte e puser em causa o desenvolvimento turístico e económico do Norte, acho que todas as forças políticas se devem unir. Tentarei procurar perceber a razão com o senhor Secretário de Estado, Adolfo Mesquita Nunes, mas também se o senhor deputado quiser perceber, no dia nove de dezembro, o senhor Secretário de Estado, Adolfo Mesquita Nunes estará em Lousada para um debate com o Dr. Manuel Pizarro. E como tal se quiser, enquanto cidadão lousadense poderá questionar pessoalmente o senhor Secretario de Estado.»

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Este ponto aliás está a ser um bocado usurpado com a conivência de todos devia ser questões diretas ao senhor presidente de Câmara, mas ainda assim agradecemos estas, eu também estaria a cometer esse ato. Ainda assim, o João Correia não estava aqui, eu não quero fazer de advogado de defesa mas o senhor Filipe Barbosa estava a manipular aquilo que ele tinha dito, que efetivamente o senhor presidente de Câmara é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

incompetente na questão relativamente à saúde, porque é competência exclusiva do ministério da saúde. E quanto aos conselhos municipais da juventude, nessa mesma ata que o senhor Pedro Mendes diz e abordou aqui este assunto, eu lembro-me perfeitamente do João Correia ter dito que concordava com essa situação e o senhor presidente. Portanto vocês poderiam também analisar essa ata que facilmente estariam informados. Quanto ao rali, eu só espero que o rali tenha estado no pico do interesse há uns anos atrás e não tivesse mérito nenhum a Câmara liderada pelo Dr. Jorge Magalhães, mas quando houve um desinvestimento a culpa fosse da Câmara. Uma coisa ou a outra, é só essa a questão que queríamos aqui deixar. E efetivamente se o Rali de Portugal vem para Lousada, como eu acredito e todos acreditamos, é uma vitória para todos nós, é uma vitória de todos.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor deputado como é óbvio está sempre a denegrir aquilo que são as minhas palavras. Como é óbvio, quando eu falei em incompetente foi no significado técnico-jurídico, que o senhor deputado se encarrega sempre de denegrir. Porque eu já percebi que o senhor pede sempre desculpa nas suas intervenções pela sua ignorância. Estou a fazer uma contestação de facto, no início das suas intervenções pede sempre desculpa pela sua ignorância. O facto de não querer perceber o conteúdo de algumas mensagens, não significa que tenha de deturpar aquilo que é dito. De todo o modo só para dizer uma coisa relativamente ainda ao Conselho Municipal da Juventude. Senhor deputado, se for ler a ata da sua intervenção e acho muito bem que o faça, continua a andar para trás porque aqui a JS, se não estou em erro, após a eleições de dois mil e nove, falou na criação do Conselho Municipal da Juventude, que era importante avançar com a criação. De facto congratulamo-nos que haja um debate de ideias e é bom que ele exista. Bem-vindo ao clube.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção da Dr.^a Sandra. Eu confesso que estava agradado com a sua descrição, estava a pintar um bonito quadro, não sei qual era tendência mas julgo que era realismo mesmo e depois no fim borrou a pintura toda. E julgo que não era necessário porque terminar a sua intervenção dizendo para eu me deixar de demagogia, sinceramente não percebo como é que faz uma intervenção destas, no fundo a dizer que subscreve na integra as críticas que eu aponte às estruturas da saúde e depois vai buscar um aspeto para tentar borrar a pintura toda que é a eventual falta aqui da senhora vereadora numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

determinada reunião. Não sei se sabe que a senhora vereadora já não tem assento nesse órgão, há rotatividade, quem tem assento formal naquele órgão é o vereador da Câmara de Felgueiras, os outros são convidados a título de simpatia e colaboração e naturalmente que sempre que podem estão presentes, embora sem direito a voto, e no caso em concreto a senhora vereadora esteve impedida de comparecer a essa reunião uma vez que tinha também uma outra reunião na Comunidade Intermunicipal. Acho que não havia necessidade depois de fazer toda essa descrição, no fundo se identificar com o cerne da questão, enfim invocar aqui essa questão. Eu sinceramente ao ouvir estas sucessivas intervenções neste período da agenda, fico com a convicção triste de que há uma única preocupação de vir para aqui dizer mal e apontar defeitos. E é pena, temos de fazer um esforço conjunto de sermos mais construtivos. Quanto à intervenção da Dr.^a Cidália, que vem na senda justamente daquilo que acabei de referir. Afinal concorda ou não concorda com o “Festival da Animação”? Concorde ou não concorda com o facto de a Câmara ter decidido apoiar esta iniciativa privada. É isso que eu fico sem perceber, porque vai pintando o quadro muito bonito e mais uma vez borra a pintura toda. Para perceber bem esta iniciativa nós temos que saber toda a sua dimensão. Eu confesso que também não fiquei agradado quando esta iniciativa terminou com a entrega dos prémios no auditório de ver lá pouca gente. Mas a iniciativa não se resume aquilo, nem a responsabilidade de mobilização pode ser assacada à Câmara. Isto é uma coisa muito nova, com público-alvo muito específico mas temos que ver esta iniciativa além-fronteiras do nosso concelho. Foi uma iniciativa que foi deveras divulgado e visualizado, na televisão, nos jornais, no facebook, divulgada em quarenta e cinco países. Foi uma semente que se meteu no solo e que nós acreditamos que tem todas as condições para germinar e dar bom fruto. Envolveu muita gente nomeadamente as escolas, houve iniciativas no auditório, nos espaços de formação. Agora é evidente que naquele dia em que eu pude testemunhar achei que tinha poucas pessoas mas essa iniciativa não se resumiu a isso. É uma iniciativa de qualidade diferenciadora que eu julgo que vale a pena acarinhar, vale a pena continuar a dar de facto este apoio ao Museu da Animação para desenvolver as suas atividades, uma vez que é uma referência o Dr. Abi Feijó como sabe neste mundo do cinema de animação e por isso eu congratulo-me com realização do mesmo, não é pelo facto de nesse preciso dia, na entrega dos prémios, o auditório teve pouca gente que nós podemos por em causa o mérito desta iniciativa. Aliás se for frequentadora assídua do auditório pode constatar precisamente o contrário. Sempre que há iniciativas da Câmara e nós temos feito um esforço também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para não baixar a fasquia e se possível aumentar a fasquia da diversidade e qualidade da oferta cultural, embora isso nem sempre seja fácil uma vez como sabem as limitações orçamentais não permitem sermos ainda mais ambiciosos, mas temos de facto conseguido e conseguimos este ano um conjunto significativo de novos eventos culturais que foram um sucesso, estou a falar por exemplo das Comédias de Outono, nós só em outubro tivemos mil setecentas e cinquenta entradas no auditório e o feedback que eu tenho nomeadamente de outras pessoas que vêm aqui ao nosso auditório de outros concelhos é que não veem esta dinâmica cultural noutros municípios aqui em nosso redor. Portanto nesta matéria, não percebemos sequer as críticas que tentou apontar. Relativamente ao complexo desportivo, mais uma vez, enfim, há que encontrar aqui algum defeito, há que encontrar aqui alguma mancha no facto de nós termos conseguido finalmente aquilo que sempre pensamos, que sempre tivemos a convicção, desde que iniciamos este projeto, é que o mesmo foi concebido sobretudo para dar resposta aos nossos jovens. Sabíamos que pela sua dimensão e pela sua qualidade ele ia suscitar também o interesse de seleções, de equipas nacionais e estrangeiras e com isso nós iríamos conseguir dinamizar a nossa economia local. E esses frutos começam a aparecer e vão aparecer ainda com mais regularidade. Posso-vos dar nota por exemplo que se a seleção de Portugal não tivesse vindo a da Holanda já estaria aqui. Não veio porque já nos tínhamos comprometido com a seleção de Portugal. Temos já contactos com outras seleções estrangeiras e portanto, o complexo desportivo começa de facto a suscitar o interesse de clubes e seleções. Pergunta-me os custos eu respondo-lhe com a transparência, basta ir ao nosso site e lê o regulamento e vê quanto é que os clubes e as seleções pagam pelas horas de utilização está lá tudo. Agora vir para aqui questionar isso, não percebo sinceramente esse tipo de abordagem e é evidente que depois há todo o outro retorno para além da visibilidade para o concelho, há todo o dinamismo que se consegue na nossa economia local, basta verificar por exemplo onde é que eles ficaram alojados, ficaram no hotel Rural, geraram despesa aqui no concelho, isso é muito positivo e nós temos que ter cada vez mais essa preocupação de direta ou indiretamente conseguirmos dinamizar a nossa economia local. Quanto à intervenção do engenheiro João Carvalho. Quais os critérios de atribuição da classificação de Lousada no Índice de Transparência Municipal. Era o que faltava eu ter que lhe responder a isto, não sabe, procure. Fale com os responsáveis por este indicador, nomeadamente, o Nelson já referiu aqui o Dr. Paulo Morais que é uma referência nesta questão das transparências e verifique. Agora o facto é que Lousada está entre os dez melhores nesta matéria e portanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

fizemos aqui um esforço para adequar e melhorar o desempenho do nosso site. Aliás já suscitou interesse de outros colegas que me pediram para vir aqui a Lousada verificar como é que nós fizemos, porque sentem a necessidade de simplificar e de colocar à disposição dos munícipes o maior número possível de informação porque de facto é para aí que devemos caminhar. Depois reconheço que tem toda a razão naquela sugestão que fez, é uma lacuna que eu ando a identificar há muito tempo e que infelizmente ainda não foi possível concretizar e que eu espero que no próximo semestre se consiga, que é por um lado desmaterializar o processo, não faz sentido a quantidade de papel que circula na Câmara Municipal. Aliás, vou propor já na próxima reunião de Câmara também aos colegas vereadores para que não usemos o papel e portanto tudo comece a tramitar de forma digital. É portanto o desafio que eu tenho para o próximo semestre é implementar isso na Câmara Municipal a desmaterialização dos processos e depois naturalmente que cada munícipe que entregue um requerimento na Câmara vai ter acesso a uma senha e vai poder acompanhar diariamente a situação do seu processo e vai ser notificado de forma digital, é de facto uma necessidade que está referenciada e que para mim é prioritária. Quanto ao Conselho Municipal da Juventude, foram feitas algumas supostas afirmações minhas nomeadamente pelo Pedro Mendes de que eu teria dito que era um órgão desnecessário. Eu tenho bem presente o que disse ou o que pretendi dizer e de facto não sei se foi na anterior ou na penúltima Assembleia, estarão lembrados também que deixei a porta aberta para se criar o Conselho Municipal. Mas o que eu disse na altura, reafirmo, eu tenho sérias dúvidas quanto ao resultado, porquê? Porque tem um perigo que é de facto as forças partidárias terem aqui um papel, não só de preponderância mas que abafem no fundo os outros grupos e as outras instituições que vão ter assento nesse órgão, não é isso que se pretende. E foi nesse sentido que eu manifestei o meu receio e se assim for estamos mal porque não é esse o objetivo, é evidente que as forças partidárias também fará sentido que tenham assento uma vez que também representam de algum modo a juventude do concelho mas se porventura formos por esse caminho de haver aqui uma excessiva preponderância das forças partidárias, eu julgo que perde o sentido deste Conselho Municipal da Juventude e foi isso que eu quis dizer. Quanto ao orçamento participativo, foi referenciada aqui uma crítica, porque não se percebe como nos primeiros dias votaram quinhentos e depois só trinta. O Nelson já explicou bem isso, nós tivemos o cuidado de deixar tudo muito bem documentado, quem quiser consultar está lá toda a informação disponível, é evidente que nem todas as votações puderam ser validadas mas há registo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de tudo isso, quem quiser aceder a esses elementos não tem problema maior. De facto nós desejaríamos que a participação tivesse sido superior. Mas como disse e bem o Nelson em função daquilo que é a realidade do país de outros concelhos com uma dimensão parecida com a nossa e pelo facto também de ser a primeira vez, isto foi uma novidade, eu julgo que foi muito positivo e este número de votantes não é de menosprezar. Eu julgo que foi uma iniciativa bem conseguida que porventura deverá ser afinada e melhorada no próximo ano porque de facto nós a determinada altura ficamos com algumas dúvidas quando obtivemos as propostas, se não deveríamos desde logo eliminar algumas propostas. Enfim também para não desfraldar as expectativas dos jovens fizemos um período de audiência prévia, pedimos para que esclarecessem, para que concretizassem melhor as suas propostas. E depois em função das propostas que obtivemos acabamos por as aceitar e levá-las à votação. A proposta que acabou por recolher o maior número de votos tem de facto a ver com o Festival da Juventude. Nós decidimos que não havia aqui motivos de exclusão, uma vez que a proposta, no fundo, propunha justamente uma diferenciação em função daquilo que se vem fazendo no Festival da Juventude. No fundo era esse o cerne da proposta, criar aqui diferenciação. A forma como nós agora vamos operacionalizar isto, eu entretanto conversei com os jovens que apresentaram essa proposta, já tenho umas ideias, bem definidas e queria antes de partilhar convosco partilhar aqui com o executivo e depois seguramente será anunciado e na próxima Assembleia Municipal poderemos falar, até porque nessa altura já tem de estar tudo resolvido. Quanto à intervenção do Dr. Filipe Barbosa, o que é que a Câmara tem feito para valorizar os recursos hídricos? Basta ver o que tem sido a nossa atuação, basta ver a aposta que tem havido nos últimos anos por exemplo na rede de saneamento. Basta enfim, no fundo estar atento ao nosso dia a dia. E bastava estar atento também àquilo que eu disse no outro ponto, eu referenciei aqui, fui claro, que convidei o engenheiro Pimenta Machado para ir ao local ver algumas situações e uma delas que está referenciada é justamente esta da Ordem, mas há outras mais graves, pelo menos uma mais grave ainda. Como no caso em concreto quem tem competência em razão da matéria, vocês pelos vistos são avessos a prazos e a conceitos jurídicos, mas também não têm obrigação de o saber. A competência pode em diversos domínios em razão da matéria, como sabe a Câmara não tem competência sobre esta matéria, foi isso que o João quis e disse, se lhe querem dar outra interpretação, como está em voga dizer-se, “temos pena”. Mas há outras situações em que há incompetências em razão de território, etc. só não percebe quem não quer perceber. Pediu também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

esclarecimentos quanto à situação do Aterro de Lustosa. O aterro de Lustosa tem um prazo de vida útil que está a caminhar para o seu fim e a minha primeira preocupação na reunião da Associação de Municípios logo no início do mandato foi levantar justamente essa questão, uma vez que está previsto e foi decidido no anterior mandato dar sequência ao protocolo inicial que previa a rotatividade dos aterros. No anterior mandato foram feitos estudos de viabilidade de localização dos novos aterros poderiam ser Paços de Ferreira ou em Felgueiras, ficou decidido que o novo aterro seria em Paços de Ferreira, está identificado o local. E portanto como houve mudança de liderança em diversas Câmaras e no caso em concreto de Paços de Ferreira, eu achei por bem levantar a questão, fazer no fundo report dessa informação e fiquei muito surpreso e preocupado e tenho manifestado recorrentemente esta minha preocupação, porque o meu colega da Paços diz que não tem condições políticas para esse efeito. E eu disse que é um problema gravíssimo que temos todos que resolver porque Lousada não está disponível para prolongar “ad aeternum” a vida do aterro. Não podemos meter a cabeça debaixo da areia e deixar o tempo passar sem soluções, se esta situação se verificar vai ser mau para todos. Eu tenho recorrentemente chamado á colação este assunto para que depois não seja tarde de mais e não fiquemos aqui numa situação embaraçosa, sobretudo para os outros concelhos. Quanto à intervenção do João Correia. Referiu aqui que houve uma atitude discriminatória quanto ao rali, é verdade, já publicamente manifestei mais que uma vez o que penso sobre esta matéria. É evidente que nós podemos ir todos à iniciativa que o CDS vai promover aqui, aliás simpaticamente me convidaram também para estar presente e eu dei nota de que estava a ponderar, porque não queria ser inconveniente e dizer aquilo que penso sobre esta matéria ao Secretário de Estado do Turismo, que tem também nesta matéria responsabilidade. Como sabem o apoio foi retirado pelo Turismo de Portugal que é tutelado pela Secretaria de Estado do Turismo e pelo respetivo Ministro da Economia. É evidente que o senhor Secretário de Estado vai ter resposta e aliás já foi publicada nos jornais, porque consideram do ponto de vista estratégico mais assertivo investir por exemplo nos voos *low cost* e coisas do género, mas isso é demagogia. Está comprovado e o ACP num artigo que fez publicar na imprensa, muito contundente, acabou por desmontar todos esses argumentos, o Rali de Portugal é o maior evento desportivo nacional que tem um retorno do ponto de vista financeiro impressionante. E portanto é lamentável que o governo não tenha esta visão ou que tenha no fundo esta falta de visão e que deixe cair este evento, por um lado. Por outro lado é lamentável também que o tenha feito só depois do ACP ter anunciado que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

esta prova iria regressar ao Norte, se porventura o governo queria mudar de estratégia deveria tê-lo feito atempadamente e não depois de ser anunciado que o rali voltava ao Norte. Eu acho que foi uma desconsideração, foi uma afronta, foi uma discriminação para o Norte. E o que vos posso dizer é que o Norte uniu-se e vai conseguir resolver o problema e nós seguramente vamos ter o Rali de Portugal também aqui em Lousada, mas não queria entrar muito em pormenores enquanto o ACP não divulgue o calendário da prova e isso acontecerá a muito curto prazo. Depois foi dito aqui também pelo João Correia que a JS propôs a criação do Conselho Municipal e que a Câmara acedeu, foi isso que eu percebi. Eu não tenho presente se a JS propôs, quando propôs mas seguramente não foi isso que fez com que eu tomasse a decisão que tomei. Tomei-a porque de facto já tinha deixado aqui nesta Assembleia esse compromisso, é evidente que a lei também prevê a criação do próprio concelho, é evidente que também tem prazo. Mas há os prazos perentórios e os indicativos e a consequência é zero. A consequência de no fundo não se implementar o Conselho Municipal da Juventude é zero, mas eu não quero desperdiçar tempo com discussões inúteis ou fúteis. Portanto que não seja um entrave, vamos por aí, vamos ver se de facto resulta. Mas repito, não façam do Conselho Municipal de Juventude um circo para se gladiarem forças políticas porque senão estarão a prestar um mau serviço à comunidade, à juventude de Lousada. Depois o Dr. Filipe Barbosa também referenciou a propósito do Rali a questão dos terrenos.... (Não se consegue transcrever) -----

----- SEGUNDO PONTO - Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2015 -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Vamos discutir os documentos previsionais para dois mil e quinze que são exatamente isso documentos previsionais e que dizem mais de política que verdadeiramente de contas. Há um autor sueco que tem um livro com um título curioso que se chama, “A Hipocrisia Organizada”, que sobre os orçamentos tem uma citação interessante que é: “ o orçamento é um plano para futuro e por este motivo fornece excelentes oportunidades para a hipocrisia sobre a forma da discrepância entre o comportamento presente e o passado e as promessas para o futuro” só para fazer o enquadramento, o termo hipocrisia aqui é usado sem sentido pejorativo, ele utiliza o termo hipocrisia como um desfasamento entre aquilo que é visível e as negociações que se fazem por trás e o que acaba por acontecer posteriormente. Isto é conveniente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

salientar que o executivo afirma e afirmou de forma contundente que este não é um orçamento centralista e verdadeiramente não o é. Este não é um orçamento centralista mas não o é apenas para o executivo porque continua a confundir uma parte com o todo. Na verdade a questão das periferias e a questão do centro é uma questão complexa porque depende muito daquilo que se considera como centro e aquilo que se considera como periferia e neste caso a inexistência até, de algo, fora do centro. Uma vez mais e isto é um facto, a grande fatia do bolo fica no centro, é um facto, é inegável. Alega-se, e bem, com os centros escolares, mas verdadeiramente essa é a obra de monta e mau seria se ela não se fizesse, que é realizada ou que é prevista para fora do centro. Aliás nós que somos muito dados a comparações nesta Assembleia, percebemos com muita clareza e com muita evidência que a construção ou plano de construção, isto também já foi dito aqui, dos centros escolares fora dos centros, decorre de uma política nacional de requalificação do parque escolar que está sobre a responsabilidade dos municípios e que é feito com critérios nuns lados, com menos critério noutros mas que é feito por todos os municípios. Agora a verdade é que, nós não podemos aceitar que este orçamento não possa ser considerado centralista. Só não é centralista se nós consideramos o centro como o raio de quinhentos metros tendo como ponto de referência a Câmara Municipal porque de resto, a grande fatia do orçamento continua a estar alocada para o centro. Além disso e como foi referido na reunião de Câmara pelos vereadores, continua a haver uma ausência de estratégia para o investimento e para a captação de investimento. Aliás, a zona industrial de Caíde é o exemplo acabado disso, entra e sai de orçamentos conforme é necessário colocar ali umas contas para que as contas batam certo. Por isso é que o orçamento é um documento previsional em que se possa discutir tudo menos contas porque há rubricas que entram e que saem em função daquilo que é necessário fazer para que as contas batam certo. Mas também é curioso que se refira agora a zona industrial de Lustosa e que se diga que, afinal agora até há compradores interessados, mas não deixa de ser interessante referir que na última Assembleia que nós discutimos estes documentos, eu referi aqui neste mesmo local, que áquele preço não vendiam um metro quadro. Ao preço que estava não vendiam um metro quadrado e agora decidiram baixar o preço e temos oito interessados. E é importante que em termos políticos se questione, porquê agora? Quanto investimento é que não ficou por realizar se tivessem ouvido aquilo que a coligação disse naquele momento? Quantos postos de trabalho diretos ou indiretos foram disponibilizados em Lousada porque não ouviram aquilo que a coligação quis dizer sobre a captação de investimento e a forma como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estavam a ser geridas as zonas industriais? E por isso, uma vez mais, nós consideramos que este orçamento enferma de ser muito pouco participativo, participativo é só o orçamento jovem, porque este orçamento uma vez mais não foi um orçamento que resultou de uma verdadeira auscultação dos presidentes de Junta. O presidente de Câmara diz e eu acredito que o faça, que o faz sistematicamente e que o faz diariamente de uma forma informal em diálogo com os presidentes de Junta, mas reunir com os presidentes de Junta para delinear uma estratégia orçamental que sirva a totalidade do concelho de Lousada, isso não aconteceu. E por isso o orçamento que aqui hoje vamos apresentar, discutir, continua a ser, na nossa opinião, um conjunto de intenções e de opções políticas que não é do interesse do município ou seja nós consideramos que este orçamento não plasma aquilo que deveria ser um desenvolvimento harmonioso, integral e sustentável de todo o território do município de Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu venho aqui falar nesta altura sobre o orçamento, digamos constrangido e desiludido. Porque efetivamente numa Assembleia anterior, depois de ter aqui dado os parabéns ao senhor presidente da Câmara pelo trabalho que fez com os senhores presidentes de Junta no processo todo de negociação por causa dos protocolos, e de pelo menos ter percebido que isto era um caminho que iria continuar para o futuro, fico efetivamente desiludido que este processo negocial de consulta, não tivesse reunido com os presidentes de Junta de uma forma formal, de uma forma séria, planeada. E por falar em planeamento o senhor presidente da Câmara há bocadinho falou que a saúde muitas vezes não tem planeamento, este facto é uma falta de planeamento, é uma falta de organização, é uma falta de visão do conjunto do concelho. Uma visão que tem de ser debatida, tem que ser negociada para o bem de todos. E portanto esta é a primeira nota que faço, mostrar aqui o meu descontentamento enquanto presidente de Junta de uma união de freguesias sobre este assunto, quando eu tinha perspetivado que o caminho que foi iniciado com os protocolos pudesse ter continuidade com outros assuntos entre os quais este. Também quero aqui salvaguardar que eu por este mesmo sentido, não tenho qualquer responsabilidade na concentração de investimentos no centro, é que podem-me acusar disso, mas efetivamente só se for ali o meu colega o senhor professor Vilar que na sua área possa ter alguma responsabilidade, se calhar por alguma proximidade com o senhor presidente da Câmara. Quanto a mim eu quero dizer aos meus caros fregueses que nesse aspeto não fui consultado, não fui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ouvido. Em relação a este orçamento considerar agora um ponto muito em concreto, há um dos pontos que eu acho que é muito positivo neste orçamento que está plasmado que é a questão da eficiência energética. E portanto trago isso como um ponto fundamental que é necessário que o concelho invista nesta área, mas relativamente a outro aspeto, que diz respeito ao concreto de cada cidadão, vemos que aqui há uma discriminação terrível entre o centro e as periferias, que é a situação dos ramais de eletricidade e daquilo que está consignado no orçamento para resolver situações terríveis, que se arrastam há anos, com pessoas que são discriminadas negativamente quando à porta das suas casas não têm iluminação e há anos que essa iluminação é reclamada, e eu sei-o enquanto presidente de Junta que o fiz por vários ofícios, há muitos anos e sei que é consequente que outros presidentes de Junta também o fizeram e essas situações nunca são atendidas. E portanto era fundamental e quando eu vejo por exemplo no centro e também no meu território que se ligam as lâmpadas na travessa que faz a Rua Palmira Meireles com a avenida que vai para o liceu que é uma rua que não tem casas e quando se diz que é significativo que se coloque iluminação sobretudo onde haja casas. Ali não vejo qual é o sentido de haver iluminação, não é prioritário, prioritário é em muitos locais do concelho onde ainda não existe iluminação e está pedida há muito tempo. Deixo aqui este alerta para que efetivamente seja reforçado dentro ou fora do orçamento mas seja reforçado para que se resolva efetivamente um conjunto de situações que se arrastam há anos.» --

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente ao orçamento, eu acho que a análise dos números estaria a cargo do senhor Santos, desta vez irá estar a cargo do senhor Ferro. Mas eu acho que poderíamos todos fazer contas relativamente ao investimento que é feito no centro e que é feito na periferia. E se fizerem essas contas vão reparar que é muito maior o investimento feito na periferia. Depois disso quando me dizem que deviam ser discutidos de forma séria, relativamente a isso desde já as palavras podem não ser as mais adequadas mas o senhor presidente reúne com os senhores presidentes de Junta de forma recorrente, tanto na Câmara, quando vocês querem. Acho que já não há a questão do “chapéu na mão”, se não é no dia é passado um ou dois dias, mediante disponibilidade de agenda, obviamente. Dirige-se até aos vossos territórios para falar convosco, tanto de forma formal como de forma informal. Portanto todas essas queixas que vocês recorrentemente fazem, já não tinham sentido no passado mas também não têm sentido agora. Quanto á eficiência energética



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

apraz-me que estas questões sejam abordadas, não só as preocupações financeiras também as preocupações ambientais relativamente a esta questão. E quanto àquela pequena rua que está assinalada, eu não sei se o senhor presidente vai responder mas as coisas, acho que precisam de ser testadas primeiro para depois serem abrangentes. E se for uma rua onde não tenham casas ninguém pode dizer que é privilegiado em detrimento de outros. Se calhar poderia ser por aí, o facto da iluminação estar toda ligada numa rua sem casas e uma rua pequena.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O senhor Dr. Filipe Barbosa disse que o orçamento não são só números, claro que não é, o orçamento tem de ter uma linha política definida mas também são números, porque sem números, depois dá-se muito azo à imaginação. Nesta primeira parte falemos então mais de números. Da proposta de orçamento para dois mil e quinze, podemos tirar as seguintes conclusões: É evidente o controlo da dívida total e manutenção do equilíbrio financeiro, num quadro de abaixamento dos impostos municipais. De facto, procedeu-se para dois mil e quinze a nova redução da taxa de IMI, agora para zero virgula trinta e cinco por cento, à manutenção da redução de um por cento na coleta do IRS, assim como, da isenção da derrama às empresas, em sede de IRC. A previsão do valor da receita ascende em dois mil e quinze a trinta e seis milhões e cento e quinze mil euros, representando um acréscimo de seis vírgula setenta e cinco por cento relativamente a dois mil e catorze, com especial relevo para as receitas de capital mais doze vírgula nove por cento, resultante do recebimento de valores em dívida do QREN e de novas candidaturas apresentadas. As receitas correntes também aumentam em três e meio por cento, mais setecentos e noventa mil euros. É de relevar o aumento previsto de mais de quatrocentos mil euros resultante da venda de bens e serviços correntes. Prevê-se que aumente novamente o valor da fatia da receita corrente que financia a despesa de capital. A despesa total prevista trinta e seis virgula cento e quinze milhões de euros, corresponde a um aumento global de seis vírgula sete por cento, sendo que a despesa de capital sofrerá um incremento de perto de um milhão e oitocentos e sessenta mil euros motivado, também, pelo valor da contribuição obrigatória do município para o Fundo de Apoio Municipal, o FAM, fundo que obriga os municípios cumpridores ao pagamento de parte das dívidas dos municípios incumpridores. O peso do valor das despesas correntes diminuiu em dois por cento mantendo uma estrutura idêntica à de dois mil e catorze, assim como, o valor das despesas com o pessoal, cujo peso nas despesas correntes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

continua a diminuir. Nas aquisições de capital, no valor total de mais de treze milhões euros, convém relevar a construção e remodelação dos centros escolares, e as novas candidaturas relativas à pista de atletismo do estádio municipal e ao pavilhão polivalente. Nos mapas da despesa por classificação orgânica são de evidenciar os aumentos da despesa proposta no Departamento de Obras e Ambiente, mais onze vírgula quatro por cento, com uma despesa total a rondar os dezassete e meio milhões de euros e no Departamento de Educação e Ação Social mais seis vírgula seis por cento, com uma despesa de mais de oito, vírgula oito milhões, valores que evidenciam, de forma inequívoca as grandes preocupações e apostas do município, só não as vê quem não quer. Do plano plurianual de investimentos, para o ano de dois mil e quinze, com um valor previsto para despesas de investimento, de cerca de vinte e dois milhões e oitocentos mil euros, obedecendo aos mesmos princípios orientadores, ressalta a distribuição equilibrada dos mesmos por todas as freguesias do concelho e áreas de intervenção da responsabilidade do município. É ainda justo enfatizar a aposta evidenciada na implementação de um plano estratégico de eficiência energética que permitirá, no futuro, a diminuição das despesas correntes e a consequente libertação de verbas para mais investimentos no concelho de Lousada. Finalmente, no relatório de apresentação do orçamento de dois mil e quinze, podemos ler o seguinte: “O rigor e transparência na gestão e a correta e cuidada aplicação dos dinheiros públicos constituem os princípios fundamentais da política orçamental deste município. Neste enquadramento, o controlo da dívida total, bem como a seletividade da despesa municipal, continuarão a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social, económico e cultural. A proposta de orçamento do município de Lousada para o ano de dois mil e quinze, tem em conta esses pressupostos o contexto macroeconómico nacional, bem como as prioridades do atual executivo, definidas no início do seu mandato”. Por todos estes motivos, o grupo municipal do Partido Socialista, irá votar favoravelmente as propostas do orçamento e do plano para dois mil e quinze.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Vou ser muito breve senhor presidente. Eu recorro aqui aquilo que foi a posição da Câmara Municipal de Lousada, quando foi da reforma administrativa e da forma veemente e da forma muito contestatária em relação à lei que ditou a reforma administrativa. Efetivamente o senhor presidente da Câmara hoje disse que iria apresentar uma providência cautelar relativamente ao FAM, mas dá-me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

a impressão que esse tipo de atitude não é consequente efetivamente com uma afirmação bem clara de que se está contra o FAM, porque se o fosse, teria feito como fez a Câmara de Sintra que nem sequer consubstanciaria no seu orçamento uma verba a disponibilizar para o FAM ou seja dotando de certa maneira o orçamento municipal de uma verba substancial que permite distribuir para outros investimentos necessários ao concelho como tanto apregoou. O que eu quero dizer aqui e numa perspetiva política então, ser consequente era ir até às últimas consequências, que seria não apresentar essa verba consubstanciada no orçamento. Por outro lado também quero congratular que efetivamente todos notamos um aumento das receitas, quando durante muito tempo nesta Assembleia relativamente à situação do IMI e do IRS, se diria que estas receitas muito dificilmente aumentariam. É bom para o município e nós congratulamo-nos com esse aumento de receitas porque o município vive efetivamente de receitas e “sem ovos não se fazem omeletes”. Portanto é fundamental. Agora a distribuição dessas receitas de forma correta e equitativa é que às vezes deixa muito a desejar. Quanto a ser ouvido ou não ser ouvido isso é muito relativo, porque às vezes o ser ouvido depende da proximidade, se eu estiver a falar de Lustosa para cá às vezes é mais difícil de ser ouvido do que se estiver a falar aqui de mais perto, de uma rua mais ao lado ou até dentro da Câmara que é muito mais fácil de ser ouvido do que à distância. E se o senhor presidente se deslocar às Juntas de Freguesia e às Freguesias para nos ouvir, também não chega. O que eu sei é que todos estes processos têm que ser negociados, debatidos, consubstanciados em negociação para que efetivamente algumas propostas que possamos apresentar e com certeza que cada presidente de Junta terá muitas para apresentar, possam depois ser selecionadas e enquadradas numa negociação de forma a que aquilo que é mais prioritário, mais fundamental para cada uma das freguesias possa ser atendido. Ora isso não aconteceu, pelo menos no meu caso, não vejo aqui nenhuma proposta que eu apresentei e tive muitas conversas com o senhor presidente da Câmara, consubstanciada neste orçamento. Portanto muito sinceramente se calhar, estou a falar de muito longe. É essa a questão que eu aqui deixo e para o futuro espero que possa ser melhorado.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu queria apenas fazer aqui uma correção que certamente foi um lapso, nós ainda não temos os dados da execução mas comparativamente com o orçamento de dois mil e catorze com o que é apresentado em dois mil e quinze há um aumento das despesas com o pessoal. Na execução esse aumento pode não acontecer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mas os dados que nós temos de dois mil e catorze com os dados que são agora apresentados agora nos documentos previsionais para dois mil e quinze, houve um aumento com pessoal.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Minhas senhoras e meus senhores, na reunião do Órgão Executivo, de trinta e um do dez de dois mil e catorze, o senhor Dr. Agostinho Gaspar fez as seguintes perguntas: “Quais são as principais prioridades que o senhor presidente elegeu para o ano dois mil e quinze neste plano e orçamento? Quais as principais orientações que deu, nas respetivas áreas, relativamente àquilo que entende ser possível em dois mil e quinze? O que é que o senhor presidente da Câmara gostaria de ter realizado no concelho no final de dois mil e quinze?” Não as vou comentar, pois poderia correr o risco de ser injusto para com o senhor vereador da coligação “Lousada Viva”. É que me parece ser pertinente admitir, que, muito provavelmente os serviços da Câmara se terão esquecido de enviar os referidos documentos ao senhor Dr. Agostinho Gaspar. Passo então a comentar algumas das afirmações, feitas na mesma reunião, pelo senhor Dr. Leonel Vieira. “Plano e orçamento centralista: complexo desportivo, parque urbano, abertura de vias no centro da vila”. A coligação “Lousada Viva”, desde o início, que teve alguma dificuldade em compreender a importância estruturante, para todo o concelho e região do “Complexo Desportivo de Lousada”. “Obra megalómana ou faraónica”, segundo os seus dirigentes, cujas “gorduras”, termo muito usado na altura, continuaram a aumentar constantemente, aquando, por exemplo, da transferência do campo de futebol, muito criticada então e ainda agora pela construção do campo de treinos, pista de atletismo e pavilhão polivalente. Já na minha intervenção na Assembleia Municipal de dezasseis de dezembro de dois mil e onze, eu dizia: “esta obra que, para além de permitir a prática do desporto em condições excelentes a todos os Lousadenses e a todos os desportistas da região e não só, irá servir, a breve prazo, de catalisador de todo um desenvolvimento económico, nomeadamente nas vertentes do turismo, da educação e da saúde, assim como, do desenvolvimento das pequenas economias locais do nosso Concelho. Se há aqui algo de “faraónico” será com certeza a falta de visão estratégica desta coligação PSD/CDS que nunca conseguiu nem conseguirá compreender a importância desta obra para o desenvolvimento futuro do concelho de Lousada”. Pois bem. Na vertente do turismo já é uma realidade. Ainda nesta e nas outras vertentes a sua importância virá a ser concretizada no curto ou médio prazo. Mas para isso, é necessário que se aproveitem os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

últimos fundos da Comunidade Europeia, para que esta importante obra possa completar a sua oferta de conjunto. O mesmo para a ampliação do Parque Urbano, cujos terrenos, os dirigentes da coligação referiam terem sido alvo da especulação imobiliária, e para a abertura de vias, nomeadamente junto ao “Centro Interpretativo da Rota do Românico”. São obras no centro da Vila, sim, mas com uma importância fundamental como motor de desenvolvimento de todo o concelho e região. Continuou o senhor Dr. Leonel Vieira: “Falta de sensibilidade para captação de investimento e criação de emprego; fracasso nas políticas de emprego implementadas nos últimos anos pelos executivos socialistas”. Cita, como exemplo a seguir, Paços de Ferreira, para que não haja enganar só há um ano é gerida por uma câmara socialista, durante todos estes anos foi gerida por câmaras PSD. Em que se baseiam estas suas afirmações, senhor Dr. Leonel Vieira? Não é com certeza nos dados publicados pelo “Portal de Transparência Municipal”, da DGAL, em que Lousada, em Maio deste ano, era o segundo concelho do Vale do Sousa e da CIM do Tâmega e Sousa, e o quarto do distrito do Porto com menor número de desempregados por cem habitantes, com um rácio de sete vírgula noventa e sete. O concelho de que o senhor fala como exemplo a seguir tinha um rácio de nove vírgula oitenta e sete desempregados por cem habitantes. O mesmo relativamente ao “número de empresas criadas”: Lousada, no primeiro trimestre de dois mil e catorze, tinha um rácio de um vírgula trinta e sete empresas criadas por mil habitantes, sendo o segundo concelho do Vale do Sousa e da CIM do Tâmega e Sousa, e o terceiro do distrito do Porto com melhor rácio. O concelho de que o senhor fala, apesar das suas zonas ou parques industriais, apresentava um rácio de apenas zero vírgula noventa e dois. Já nem vale a pena falar aqui das dívidas totais brutas ou líquidas destes dois concelhos. O anúncio da criação do regulamento sobre Projetos de Interesse Municipal (PIM) e a participação, na CIM do Tâmega e Sousa, na elaboração, com ligação à Universidade Católica, do Plano Estratégico do Desenvolvimento Intermunicipal e da Agenda para a Empregabilidade, estabelece o rumo para a comunidade até dois mil e vinte, demonstram as preocupações relativamente à resolução do problema em questão. Continua a dizer o senhor Dr. Leonel Vieira: “Abandonou definitivamente a zona industrial de Caíde”. É falso senhor Dr. Leonel Vieira. O que impede a criação da zona industrial de Caíde são os preços elevados, para este tipo de estrutura, pedidos pelos proprietários dos terrenos. Até neste caso os senhores dirigentes da coligação “Lousada viva” não estarão isentos de responsabilidade. Ao propalarem de forma manipuladora e falsa que os preços dos terrenos do Complexo Desportivo de Lousada, eram os preços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de duas parcelas que tiveram de ser expropriadas, uma pequena parte da área de implantação do Complexo Desportivo, deram uma ideia absolutamente errada dos preços reais dos terrenos referidos por metro quadrado, que foram comprados na sua maioria o cinco euros o metro quadrado. Continuava o senhor Dr. Leonel Vieira: “Obras previstas pouco significativas. E mesmo as previstas são para as Juntas de Freguesia lideradas pelo PS (Para o Dr. Filipe Barbosa o maior bolo é no centro). Pouco se preocupa com as necessidades de obras e projetos das vinte e cinco Freguesias”. Vinte e cinco Freguesias, Sr. Dr. Leonel Vieira? A introdução do oitavo ponto pela coligação “Lousada Viva” na ordem de trabalhos, indicia que, por sua vontade, elas passariam já a vinte e duas. E depois logo se veria. Quanto à distribuição dos investimentos pelas freguesias, na ordem dos vinte e dois milhões e oitocentos mil euros, se tivessem feito uma análise um pouco mais cuidada do plano para dois mil e quinze teriam chegado facilmente às seguintes conclusões: Investimentos gerais não identificados com qualquer freguesia em concreto, por exemplo a compra de um autocarro para transportes escolares, catorze por cento; Investimentos planeados para as freguesias fora da vila, sessenta por cento; Investimentos planeados para as freguesias de Silvares e de Cristelos, vinte e seis por cento. Quanto à afirmação “E mesmo as previstas são para as Juntas de Freguesia lideradas pelo PS”. Então Silvares, Casais, Meinedo, Nespereira e mais algumas que vão beneficiar de investimentos conjuntamente com outras freguesias, são freguesias do PS? Talvez seja melhor se sentarem deste lado da bancada. “No entanto, os vereadores eleitos pela coligação “Lousada Viva” (palavras do senhor Dr. Leonel Vieira) optam pela abstenção neste Plano e Orçamento, porque apesar de ser um mau Plano e Orçamento, entendemos que o município tem compromissos aos quais tem de cumprir, é o caso da construção dos centros escolares, apesar de sempre discordarmos do seu planeamento. E realçamos ainda de positivo a previsão de despesa com a eficiência energética da rede de iluminação pública”. A abstenção, senhor Dr. Leonel Vieira, é talvez a posição que se coaduna mais com a ação política dos senhores dirigentes da coligação “Lousada Viva”. Não concordam com o planeamento da construção dos centros escolares, dizendo que pelo menos dois serão a mais, mas abstêm-se de dizer quais são os que estão a mais. Abstêm-se de criticar as decisões do governo, mesmo quando contrárias aos interesses do concelho de Lousada, casos do Rally de Portugal e da criação do FAM, por exemplo, hoje, assim como no caso da saúde, a senhora Dr.^a Sandra foi aqui interprete de uma mudança de posição da coligação, o que me dá a entender que as pessoas começam a ter a necessidade de “abandonar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

barco antes que ele se afunde”, mas ainda bem, venham ao clube. Abstêm-se constantemente de dizer a verdade sobre a situação económica nomeadamente da dívida, da situação financeira, dos prazos de pagamento do município, atualmente vinte e dois dias, da transparência administrativa e económica, do desemprego, da criação e da taxa de sobrevivência das empresas no nosso concelho, da circunstância de o concelho de Lousada ser o concelho mais jovem do continente, pelo menos até dois mil e vinte e um, ano em que terá lugar os próximos censos da população portuguesa, etc. Lousada, no conjunto destes e outros indicadores, situa-se no primeiro lugar, tanto no Vale de Sousa, como na CIM do Tâmega e Sousa, como no distrito do Porto. Abstêm-se, por fim, de terem uma ideia, uma estratégia, uma visão para Lousada e o seu futuro. Minhas Senhoras e meus Senhores, este é o plano e orçamento dos lousadenses que não se abstêm. É o plano e orçamento daqueles que, no dia-a-dia, trabalham e lutam para que Lousada saia sempre prestigiada na procura incessante dos caminhos para um futuro cada vez melhor. Este é, enfim, o orçamento daqueles que sentem orgulho e que gostam de viver em Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Apenas dizer duas coisas, senhor presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Dr. Fausto Oliveira que se congratulou com o aumento das receitas de IMI. Eu não me congratulo, até porque isso nasce daquilo que foi a rejeição por parte do governo PSD-CDS da cláusula de salvaguarda do aumento patrimonial dos bens imóveis. Portanto se a receita de IMI aumentar porque nós temos mais receita no bolso eu congratulo-me significa que estamos todos a pagar na medida que são as nossas possibilidades. Quando eu acho que este aumento não reflete aquilo que é uma disposição financeira dos nossos concidadãos, eu não me posso congratular. Depois dizer uma coisa, acho que é de uma tal falta de vergonha virem aqui dizer que este é um orçamento do raio de quinhentos metros da Câmara, acho mesmo vergonhoso, sobretudo quando não passam muitos anos de uma proposta concreta de construção de estacionamento no Monte do Senhores do Aflitos. Por amor de Deus! E por último dizer uma coisa, se alguém está contra os centros escolares e contra a criação de condições para os nossos jovens, para as nossas crianças, digam-no. E mais, se estão contra a criação dos centros escolares e a sua construção, digam contra quais é que são e digam o que é que vocês propõem construir em detrimento dos centros escolares. Porque vir para aqui dizer que são contra e mais nada é muito fácil, é mesmo muito fácil.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do senhor Dr. Filipe Barbosa e respondendo um pouco a todas as intervenções que se centraram no aparente “centralismo do orçamento”. Já aqui foi esclarecida essa questão e, enfim, mais uma vez lamento esta procura incessante da crítica pela crítica. Quem se der ao trabalho de analisar estes documentos com o mínimo de cuidado, vai concluir que isso não é verdade, há de facto alguns investimentos aqui no centro, mas são investimentos, conforme aqui foi dito, estruturantes, que vão ter benefícios para todo o concelho. E para além dos sete centros escolares que não podemos menosprezar, têm de facto um impacto significativo em termos de investimento e sobretudo um impacto positivo na criação de melhores condições para o desempenho da prática educativa e que vai refletir por todo o concelho, nós não podemos menosprezar esse investimento. Foi dito aqui, isso é uma estratégia nacional de requalificação do parque escolar e é feito por todos os municípios. Antes fosse, quem dera a muitos municípios ter condições para fazer aquilo que nós estamos a fazer, e muito perto aqui de nós, o que foi aqui referenciado, Paços de Ferreira, está numa situação complicadíssima, não tem condições para assegurar a componente nacional, mas é só um exemplo há muitos outros. Lousada nesta matéria trabalhou em devido tempo, planeou em devido tempo com a Carta Educativa. Programou todos os investimentos que considerou desde sempre estruturantes para o desenvolvimento deste concelho, infelizmente houve aqui um atraso muito substancial na concretização deste último investimento dos sete centros escolares, por uma medida que já referenciei aqui numa Assembleia Municipal, completamente absurda e irresponsável do governo que quando tomou posse decidiu por um lado, ponderar a afetação de investimento dos fundos comunitários mas que demorou quase dois anos a decidir e portanto nós corremos aqui um sério risco, de em determinada altura de não poder concretizar estes investimentos, uma vez como sabem o quadro está a fechar e estas obras têm que estar concluídas em junho do próximo ano. Vir para aqui desvalorizar estes investimentos como se fosse uma obrigação que nós teríamos que cumprir é lamentável. Portanto temos que nos congratular pelo facto de termos condições para concretizar estes investimentos que são investimentos que estão a ser feitos nas freguesias do concelho. Depois referenciar alguns investimentos que estão aqui claramente no plano e outros que resultam do próprio orçamento, nomeadamente a variante à vila da Aparecida a segunda fase; a beneficiação da estrada municipal 561 desde a estrada nacional 207 na Ordem até à 106 em Sousela; a beneficiação do caminho municipal 1150



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

desde Rotunda Mira Torre até à estrada nacional 207 no Torno; a beneficiação da Estrada Municipal 574 Nogueira-Macieira, que aliás anda em obra mas tem atrasado devido às condições climáticas; o saneamento que é feito como sabe um pouco por todo o concelho; o Parque Biológico na freguesia de Vilar do Torno e Alentém; as ecovias e os percursos pedestres que vão ser feitos por todo o concelho; a pista de pesca desportiva que também não será aqui na vila. Não vale a pena vocês usarem a dita demagogia que tanto foi falada aqui porque só não vê quem não quer ver. Falou-se aqui também na ausência de estratégia para o investimento. Não vale a pena insistir na questão recorrente de Caíde de Rei, aliás hoje até foi novidade a dizer que entra e sai para compor as contas, essa não percebi, tem de me explicar, sinceramente não sei que contas é que compõem. A questão de Caíde de Rei e por isso é que nós não fizemos incluir, só o faremos quando tivermos todas as condições para avançar, e repito, só temos condições para a avançar quando houver por parte dos proprietários a consciência de que o terreno tem que ser colocado no mercado a preços aceitáveis, vocês próprios aqui reconheceram que no dia-a-dia temos de ter preços aceitáveis para que suscite interesse dos investidores. E por isso se defende como foi defendido na reunião de Câmara, que o preço que nós propusemos de dezoito euros para Lustosa mesmo assim era caro, não percebo como depois se pode pedir mundos e fundos por um terreno que ainda nem sequer tem infraestruturas. Nós tivemos, eu e o senhor presidente da Junta, ainda há dias, uma reunião com alguns proprietários de Caíde e foi-lhes dito isso, nós estaríamos aqui a prestar um mau serviço à população se porventura nos metêssemos num processo que iria determinar o inflacionamento dos preços, para depois termos lá uma zona industrial em que ninguém comprava pela simples razão dos preços serem proibitivos. E portanto há de facto esta necessidade de balizar os preços máximos a praticar sob pena de estarmos aqui todos a enganar uns aos outros. Relativamente a Lustosa, porque que só agora baixamos os preços? Porque também só muito recentemente é que nós tivemos uma noção mais clara do preço e do custo que nos ia ficar aquele projeto, uma vez que a expropriação seguiu um caminho completamente diferente do complexo desportivo e bem na minha óptica. O preço ficou muito abaixo daquilo que os expropriados pretendiam e portanto deu-nos aqui alguma folga para baixarmos o preço. Mas associado a isso também está aqui uma novidade, com incentivos fiscais ao investimento, que foi aprovado há duas reuniões atrás uma proposta de projeto de interesse municipal, que virá, julgo eu, à próxima Assembleia Municipal e que pretende justamente criar condições mais favoráveis para suscitar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

interesse dos investidores. Em que a Câmara em função do volume do investimento e do número de postos de trabalho a criar abdica de taxas municipais, abdica do IMI durante cinco anos e do IMT, porque o que nós queremos é criar emprego, nem que tenhamos de abdicar de receita municipal. E por isso os indicadores que temos no que respeita a Lustosa são muito positivos, conforme aqui foi dito, já há o interesse manifestado para a aquisição de oito lotes. E acredito e tenho sentido isso nos últimos tempos, que quando nascer o primeiro investimento, nós vamos de facto ter aquele local completamente utilizado. Depois dizer que eu não reuni com os presidentes de Junta para delinear uma estratégia para todo o concelho, dito chavão do desenvolvimento harmonioso, estratégico, integral de todo o concelho. Deixemo-nos também de demagogias. Vocês sabem que quando querem falar comigo estou sempre disponível, sabem que eu vos oiço e essa reunião poderia seguramente ser feita, mas os orçamentos não são elásticos, o que poderia acontecer é que vocês diziam este investimento a, b e c são importantes para a minha freguesia, e eu diria, pois são, mas o orçamento não é elástico. Eu sei quais são as necessidades que todos vocês têm referenciadas e por isso em função das limitações deste orçamento para dois mil e catorze, este é o orçamento possível, não é o orçamento desejado, não é o orçamento que eu gostaria de apresentar mas é o orçamento possível em função de um conjunto significativo de restrições a que nós estamos sujeitos. Eu lembro que nos últimos quatro anos, este concelho, esta Câmara Municipal perdeu de receita cinco vírgula trinta e sete milhões de euros. Eu lembro mais uma vez que há a necessidade crescente, infelizmente, de nós afetarmos grande parte do orçamento à despesa social e o senhor Ferro já o referenciou aqui. Eu lembro mais uma vez que nós temos abdicado, e bem, da receita municipal em termos de impostos municipais. Foi aqui falado na continuidade do não lançamento da derrama, do abaixamento gradual da taxa de IMI, que está já muito próximo do mínimo. Aliás eu tive esta semana uma reunião com o perito local das avaliações fiscais concelhias. Não sei se sabem mas o governo quer fazer uma revisão dos coeficientes de localização em todo o país e o perito veio propor que houvesse uma harmonização desses coeficientes de localização uma vez que em Lousada há uma grande diferença relativamente aos outros concelhos. E eu fui muito claro, isto é propositado, nós queremos manter estes coeficientes baixos porque faz parte da nossa estratégia de atração de investimento e no fundo criar condições para que Lousada continue a crescer, como felizmente tem acontecido nos últimos anos. E portanto em função de todas estas condicionantes é o plano e orçamento que é possível apresentar, que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

muito cauteloso ao nível da despesa e eu realço este aspeto que é muito importante, ano após ano nós temos conseguido baixar a despesa corrente. Foi referenciado aqui um pormenor do eventual aumento da despesa com pessoal, isso não pode ser, presumo que deve ter comparado a versão inicial do orçamento de dois mil e treze talvez, mas depois se verificar as dotações corrigidas isso terá sido acertado, não vai haver, nem pode, um aumento da despesa com pessoal. Tem havido sim, de facto, uma redução cada vez maior na despesa corrente o que nos permite naturalmente com esse diferencial conseguir ter margem para afetar ao investimento. Depois dizer ao senhor presidente da Junta de Silves, Pias Nogueira e Alvarenga que de facto faz-se ouvir muito bem à distância ou muito próximo, não é o fator distância que dificulta ou o facto de o senhor professor Vilar ter sido meu colega, que muito me honra no anterior executivo, quem me conhece sabe que eu sou uma pessoa isenta, não é pôr aí que as coisas são decididas. Quanto à eficiência energética, é verdade é uma aposta deste executivo, uma aposta pessoal minha, o facto de achar estranho ter ali uma rua, sem edificações, com luminárias ligadas na quarta-feira à noite, é uma experiência, aquilo são luminárias led de quarenta e cinco watts. Eu antes de avançar com a aposta que tenho para os próximos tempos quis testar e quis testar numa situação que não criasse grande dificuldade às pessoas, se porventura não resultasse junto às casas depois era uma chatice andar a por e a tirar, e por outro lado, porque ali é um cenário mais difícil porque as colunas estão retiradas, estão altas, e portanto era para ver o efeito daquelas luminárias, num cenário mais desfavorável. A razão é só essa é uma mera experiência, aliás foram colocadas ontem ou anteontem outras que eu ainda não consegui ver de menor potencia, estamos a fazer apenas testes e apenas experiências para termos aqui um investimento acertado. Quanto à questão dos ramais de eletricidade eu volto a dizer não são ramais, os ramais são aquelas ligações dos edifícios às redes públicas e quem paga é cada um dos proprietários. Estarão a falar é das extensões das redes de iluminação pública, isso está previsto no orçamento. Nós estamos disponíveis para ir apreciando caso a caso todas essas situações. É evidente que não podemos resolver todos os problemas de uma só vez. Eu ainda há dias tive a oportunidade com o senhor presidente da Junta de Lustosa que me alertou para a necessidade de corrigir algumas situações, tive o cuidado de ir ver com ele e de facto são pertinentes as situações que me referenciou, o senhor presidente da Junta de Vilar do Torno e Alentém também já me referenciou, o senhor presidente da Junta de Caíde. E no caso em concreto de Silves não tem razões de queixa, até teve o privilégio de ter agora uma luminária à porta da sede da Junta. Depois, ainda sobre a intervenção do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

senhor presidente da Junta de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, a Câmara de Sintra nem sequer inscreveu em orçamento. Do ponto de vista de coerência faz sentido mas sabe eu tenho formação jurídica e não quero problemas com inspeções e portanto eu sei até onde devo ir. Uma coisa é o combate político, outra coisa são as implicações legais que infelizmente nós autarcas cada vez mais estamos sujeitos, como eu sei até onde posso ir e como não ando propriamente à procura de problemas, decidi inscrever essa verba no orçamento mas isso não significa que esteja de acordo, como é óbvio, estou só a dar cumprimento a uma determinação legal, uma vez que a lei assim me obriga mas ao mesmo tempo vou contestar essa lei, como disse, nos próximos dias isso dará entrada nos tribunais. E julgo que terei respondido aquilo que me foi solicitado. Queria também destacar algo que é importante e que não foi aqui referenciado, é que, há aqui um conjunto de despesas que são intocáveis, nomeadamente aquela discussão que havia sempre todos os anos das transferências para as Juntas, como sabem no âmbito daquele acordo de execução que fizemos agora por muito difícil que fique a vida do município está garantido, o que é de facto um aspeto positivo para nós e para os senhores presidentes de Junta que sabem com o que podem contar. E por outro lado não abdicar de continuar a afetar grande parte do orçamento às despesas sociais porque infelizmente como sabem são cada vez mais os nossos concidadãos que precisam da ajuda do município. Realçar também que continuamos, apesar de todas estas restrições a ter um bom desempenho económico-financeiro, o senhor Ferro referenciou aqui que o prazo médio de pagamentos é de vinte e dois dias, já desceu, porque há uma monitorização trimestral e no último trimestre já estávamos em vinte dias, estamos sempre a melhorar esta performance económico-financeira. Eu sem me sentir completamente satisfeito, uma vez como digo, reconheço que há alguns investimentos, um conjunto significativo de investimentos que são referenciados pelos senhores presidentes de Junta e não só, pela própria população, que eu considero importantes mas que infelizmente ainda não houve condições para os concretizar. Queria dar nota de não obstante tenho ainda uma expectativa de poder fazer aqui algum reforço de verbas em algumas rubricas ou mesmo lançamento de novas rubricas, uma vez que no âmbito daquelas candidaturas que apresentamos ao *overbooking*, que se destina principalmente para obras já executadas, em que o risco de obter o financiamento não existe ou melhor o risco de se fazer uma obra para qual depois não haja financiamento não existe, uma vez que a obra já está feita e nós apresentamos um conjunto muito significativo de candidaturas e acredito que parte delas seja aprovada e assim sendo vai-nos dar aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

alguma margem para nós sermos ainda mais ambiciosos na concretização de alguns investimentos. Mas não queria criar mais do que expetativas porque neste momento são expetativas não são certezas mas pode ser que depois na execução do orçamento ainda haja aqui resultados ainda mais favoráveis.» -----

----- Era uma hora e três minutos quando se ausentou definitivamente o seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação das opções do plano e proposta de orçamento municipal para o ano de dois mil e quinze, que é constituída pelo relatório de apresentação, pelo mapa resumo das receitas e despesas, mapa das receitas e despesas desagregadas pela classificação económica e orgânica, pela norma de execução orçamental em cujo articulado se encontra a autorização prévia dada pelo órgão deliberativo para assunção de compromissos plurianuais e pelo Plano Plurianual de Investimentos, conforme estabelece a alínea a), do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro coadjuvada com o art.º 46º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro”-----

----- A proposta número um foi aprovada por dezoito votos a favor dezasseis abstenções dos seguintes membros: Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Pedro Teixeira Mendes em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Ana Rita Costa Neto em substituição de Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Abílio da Cunha Moreira dos Santos representante legal de Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silhares, Pias, Nogueira e Alvarenga e um contra do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

seguinte membro: António Carlos da Cunha Pacheco. -----

----- TERCEIRO PONTO - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2015; -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Para que fique claro não somos contra a contratação de pessoal, mas somos contra a contratação de pessoal apenas porque sim, mais, desde que essa seja estritamente necessária terá todo o nosso apoio. Aliás aqui já referimos e o presidente também referiu na sua intervenção que a opção deve passar como advogamos por uma otimização dos recursos, neste mapa que nos é apresentado há algo que nos intriga. O engenheiro Nogueira que é o diretor de um dos mais importantes departamentos deste município que é o departamento municipal de obras e ambiente, pede vinte e dois novos funcionários, cantoneiros, trolhas, calceteiros, motoristas, e estranho, não é aprovado esse pedido, não é trazido para que seja aprovada a contratação desses vinte e dois funcionários. Falamos de funcionários para um dos serviços que é uma das bandeiras do município, ou seja as obras por ajuste direto. Há um pedido fundamentado pelo diretor do departamento para que as obras de proximidade continuem a ser executadas por pessoas qualificadas e necessárias, segundo o diretor de serviço, e não nos é trazido o pedido de admissão desses vinte e dois funcionários. No entanto trazem-nos para contratação, cinco funcionários, ou seja dois técnicos superiores de sociologia, um técnico superior de administração autárquica, um técnico superior de informática e um técnico superior de multimédia e imagem. Estas são as verdadeiras necessidades do quadro de pessoal da Câmara, são estes cinco funcionários que são estritamente necessários para o funcionamento ajustado e adequado da Câmara Municipal. Os outros funcionários pedidos pelo diretor municipal, não eram necessários e pelos vistos nem sequer foram tidos em consideração, estes cinco, esta prioridade que aqui foi colocada, é aquela que verdadeiramente nós não conseguimos compreender. Aliás nós já notamos a inércia que grassa nos serviços por não ter estes cinco funcionários que são absolutamente fundamentais para que as coisas funcionem com regularidade.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu queria dizer ao Dr. Filipe Barbosa que pode votar favoravelmente esta proposta porque estes funcionários são estritamente necessários. Não são os únicos é verdade, mas estes são estritamente necessários, e por isso se tem dúvidas e como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

desconhece o funcionamento da Câmara, eu posso assegurar-lhe que se votar favoravelmente está a prestar um bom serviço à comunidade. Os dois técnicos de sociologia e o de administração autárquica é algo que já vem do ano de trás são procedimentos concursais que estão a decorrer. Relativamente à proposta do engenheiro Nogueira. É verdade que de facto ele propõe e é verdade que eles são necessários, todos estes funcionários e também é verdade que eu tinha articulado com ele que era para avançar. O grande problema é que o senhor Secretário de Estado da Administração Local que me garantiu a mim e aos meus colegas da CIM, que de facto, nós que temos as contas equilibradas, iríamos conseguir finalmente contratar, falhou à palavra. E por isso a fasquia no orçamento de Estado foi colocada tão baixinho que ninguém pode contratar, ou melhor, podemos contratar mas não podemos aumentar a despesa relativamente ao ano anterior. E por isso, isto dá-nos uma margem muito pequena para as contratações que têm de ser feitas sempre em função daqueles que saem para aposentação. E perante este cenário foi o próprio diretor de departamento que achou que era importante reforçar o setor de informática e por isso é que foi no fundo a área escolhida, porque nos assistentes operacionais, apesar de não ser uma boa solução, é relativamente menos difícil de resolver o problema através dos desempregados, através dos programas ocupacionais que infelizmente temos que nos socorrer para colmatar as lacunas nos serviços. É pena porque de facto como já tenho dito aparece gente muito boa, com muita experiência, muito interessados mas infelizmente depois não podemos dar a continuidade às suas tarefas e cria alguma instabilidade nos serviços com as entradas e com as saídas, mas vai-se resolvendo, enquanto que nos outros setores as coisas já não são assim tão fáceis, porque é pessoal especializado. Portanto a razão de serem estas as áreas escolhidas é só essa, mas como digo, o ideal de facto é que estivesse aqui a ser proposto um mapa de pessoal que contempla-se todos os lugares que foram propostos pelos serviços, mas infelizmente, mais uma vez, o governo quer imiscuir-se na gestão de uma forma inqualificável, imperceptível, mesmo perante aqueles que têm bons resultados em termos económico financeiros. E dizia eu, infelizmente a nossa autonomia, conforme aqui já foi dito e bem, a nossa autonomia é cada vez menor e de facto deixa-nos a pensar como é que vai ser o futuro dos municípios neste país.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2015, conforme estabelece o nº 4 do art.º 29º da Lei nº 35/2014 de 20 de junho conjugado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

com a alínea o), do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 setembro” ----
----- Que foi aprovada, através do uso da faculdade de voto de qualidade do senhor presidente da Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do art.º 54º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro coadjuvado com o nº 1 do art.º 26º do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que houve empate na votação dezassete votos a favor e dezassete contra dos seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Pedro Teixeira Mendes em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Ana Rita Costa Neto em substituição de Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Abílio da Cunha Moreira dos Santos representante legal de Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silhares, Pias, Nogueira e Alvarenga.-----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Ricardo Filipe Moura Ribeiro -----

----- QUARTO PONTO - Abertura de procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 2º Grau – Adenda à proposta de designação do júri do procedimento -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a designação dos membros suplentes do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de segundo grau, seja composto pelos seguintes membros: Engenheiro Virgílio Manuel Felgueiras Paínhas Passos Vaz, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Municipal, do Município de Paredes e Arquitecto José Paulo Teixeira Goulart Bettencourt, Chefe da Divisão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Projetos Municipais, do Município de Paços de Ferreira, que por lapso não foram indicados na proposta presente na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 26 de setembro do corrente ano” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- QUINTO PONTO - Abertura de procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 1º grau para o Departamento de Obras Municipais e Ambiente, bem como a designação do respetivo júri -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a designação do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de primeiro grau, seja composto pelos seguintes membros: Presidente: Docente de reconhecida competência na área funcional respetiva, designado por estabelecimento de ensino superior público (Faculdade de Engenharia – Universidade do Porto), a designar por aquela entidade; 1º Vogal: Arquiteto António Manuel Cardoso Giadas, Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras e Ambiente do Município de Felgueiras; 2º Vogal Dr.^a Isabel Maria Alves Coelho, Diretora do Departamento de Administração e Finanças, que se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, conforme currículo profissional anexo à referida informação; 1º Vogal suplente: Engenheiro Carlos Alberto da Conceição Lopes, Diretor do departamento de Obras, Serviços Municipais e Ambiente do Município de Penafiel e 2º Vogal suplente: Dr.^a Filomena Maria Colaço Martins, Diretora do departamento de Administração e Finanças do Município de Felgueira, que substituirão os membros efetivos nas suas faltas e impedimentos.” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- SEXTO PONTO - Reconhecimento de interesse público municipal - Casa de Vilar -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a declaração de interesse público municipal, a alteração (parcial) do uso do prédio designado por “ Casa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Vilar”, sito na freguesia de Vilar do Torno e Alentém, (de habitação para instalação do equipamento educativo-cultural denominado de “Casa de Vilar – Museu de Animação”), para instruir pedido de parecer da entidade regional Reserva Agrícola Nacional (RAN) nos termos do disposto na alínea l) do nº 1 do artº 22º e artº 23º do Decreto –Lei nº 73/2009, de 31 de Março, conforme estabelece a alínea r) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- SÉTIMO PONTO - Certificação Legal de Contas – Nomeação do Auditor Externo -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Filipe Peixoto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados, membros da comunicação, meus senhores e minhas senhoras. Durante o presente mandato autárquico, a máquina de propaganda dos autarcas socialistas na Câmara de Lousada tem estado muito ativa, enchem a boca com a palavra transparência, mas será que a praticam? A transparência não precisa de ser propagandeada tem de ser efetiva, a transparência tem que ser verdadeira em todos os atos municipais, por exemplo, na análise de processos urbanísticos, na contratação de pessoal, nos autos e nas contraordenações, na distribuição de subsídios, no apoio às Juntas de Freguesia. Enfim, em toda a gestão do município tem de haver rigor, justeza e transparência. Para aquilatar da transparência e do rigor há entidades públicas que o fazem, nomeadamente o Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Procuradoria-Geral da República, mas antes da intervenção de algumas daquelas entidades há um primeiro crivo, há quem verifique as contas, a transparência, estamos a falar do auditor externo do ROC- Revisor Oficial de Contas. O revisor oficial de contas tem um papel importantíssimo para o rigor e a transparência sejam verdadeiros para que tudo seja mais visível, por outro lado, um revisor oficial de contas incompetente, menos atento e ou desleixado, pode até impedir que outras entidades consigam apurar a verdade. Por isso, andaram muito bem os vereadores da coligação “Lousada Viva” quando na reunião do executivo no dia dez de novembro deste mês, propuseram que o auditor externo, revisor oficial de contas fosse contratado através de um concurso público. E andou muito mal senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

presidente da Câmara e os restantes vereadores do Partido Socialista que não concordaram com a proposta. O senhor presidente da Câmara prefere contratar um auditor amigo, prefere contratar o árbitro pelo preço de cinquenta e três mil cento e trinta e seis euros. Senhor presidente da Câmara desista do ajuste direto e avance com um concurso público para contratar um auditor externo.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor deputado esse discurso foi encomendado. Eu vou-lhe dizer uma coisa, aquilo que o senhor deputado aqui veio dizer e eu não conheço as pessoas em questão, mas eu vou fazer o seguinte, vou esperar que o Ministério Público tenha conhecimento daquilo que o senhor disse aqui. O ROC é uma pessoa que tem idoneidade para certificar contas e aquilo que o senhor está aqui a pôr em causa a idoneidade de uma pessoa que está legalmente atestada para o efeito. Mais o senhor aquilo que veio aqui dizer explicitamente para todos o que o querem ouvir foi o “seu amigo”. Atenção àquilo que escreve e que diz. E não sei quem é que escreveu isso, se foi o senhor que escreveu isso, eu peço o favor de se retratar. Isso é grave, muito grave.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Primeiro, em nenhuma circunstância se disse aqui ou se colocou em causa aqui a idoneidade do revisor oficial de contas. Em nenhuma circunstância se colocou aqui a idoneidade de um revisor de contas concreto, falou-se em abstrato. E aqui não há discursos encomendados porque não foi nomeada uma única vez o nome de quem quer que fosse. Mas há uma coisa que fica clara e que eu não me importo de reforçar aqui, aliás processos no Ministério Público contra intervenções nesta Assembleia parece que é o prato do dia. Não sou eu que meto processos em tribunal contra intervenções na Assembleia Municipal. A questão do revisor oficial de contas tem de ficar claro porque não se nomeou aqui ninguém em concreto, o que se disse e isso eu reforço é que o revisor oficial de contas tem um papel fundamental naquilo que significa a transparência das contas do município. E se de transparências falamos, o facto de se abrir um concurso público por uma adjudicação direta de mais cinquenta mil euros, traz muito mais transparência do que contratar uma pessoa diretamente ou não há mais auditores de contas que possam e que devam concorrer a este cargo. Não há mais ninguém habilitado com competência para exercer esta função? Não há mais ninguém? Não é muito mais transparente, abrimos um concurso com regras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

claras e definidas e ganha o concurso a pessoa que dentro dos parâmetros definidos pelo município for capaz de apresentar a melhor proposta. Aliás com este concurso público não conseguiremos talvez o mesmo cargo, o mesmo exercício da função por um preço abaixo daquele que agora estamos a adjudicar diretamente? Por isso, a questão fica em aberto. Nós consideramos, coligação “Lousada Viva” sem termos o mínimo a apontar ao revisor oficial de contas do município, consideramos, claramente que a solução do concurso público é a mais ajustada a mais transparente e provavelmente a mais económica.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor deputado não venha cá “pôr paninhos quentes” naquilo que foi dito. O que foi dito está gravado, ponto número um. Segundo lugar eu acho que nunca recorri ao Ministério Público portanto estar aí a dizer isso deve ser resposta para outro alguém mas não se preocupe porque não sou eu que vou dizer ao Ministério Público, como os senhores já muito bem disseram hoje aqui, o Ministério Público teve conhecimento. Portanto também hade ter conhecimento da gravação e do que aqui foi dito e depois logo decidirá, se quem está aqui, quem está a ouvir consegue perceber se os senhores se estavam a dirigir a alguém ou não. Eu muito sinceramente vou-lhe dizer uma coisa, eu não percebo que propostas é que ROC’s vão apresentar diferentes porque eles fazem todos a mesma coisa. Há um que faz o quê, vai jogar à bola à noite? Desculpe lá. Senhor deputado, se quer iniciar essa discussão, vamos iniciar essa discussão de um modo sério, porque o senhor deputado se quer iniciar uma discussão de modo sério vai perceber o que é o ajuste direto, então vamos pôr em causa todo o procedimento que se chama ajuste direto, não vamos fazer demagogia por causa da contratação de um ROC. Percebeu, essa é a minha opinião. Relativamente aquela parte criminal que eu acho que tem aqui um conteúdo possivelmente ou alegadamente criminal, uma vez que não houve um pedido de desculpa, que eu entendo que poderá ter esse conteúdo, eu João Correia deputado municipal, eleito pelos lousadenses, a título pessoal darei conhecimento desse facto às instituições para que se averigue. Se averiguar muito bem se não muito bem à mesma. Agora por favor não se venha para aqui vitimizar.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Nota-se nisto o esforço da coligação em tentar desvirtuar os resultados financeiros da Câmara Municipal. Como não tem hipótese de colocar em causa o anuário financeiro dos municípios, como não tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

hipótese de colocar em causa a DGAL, que até agora tem como superior hierárquico o próprio governo do PSD-CDS, o Ministério das Finanças. Lembram-se agora, que é que nós temos aqui para pegar? O ROC. Nunca na vida pegaram nesta circunstância. O ROC que foi contratado com concurso público, na altura. E depois dizer que o ROC é um árbitro, isto é um absurdo. Quem tem o poder de validar e verificar a contas são os organismos do Estado e esses não têm tido dúvidas portanto a situação financeira para que toda a gente fique a perceber é clara. Agora vir aqui dizer o auditor amigo, nós não conhecemos a pessoa de lado nenhum, eu acho que o presidente também não conhece de lado nenhum. Os ajustes diretos, nós até somos a Câmara que recorre menos aos ajustes diretos. Agora se querem porventura que nós contratássemos o vosso amigo, o Dr. Virgílio Macedo, como ele é contratado por tantas Câmaras do PSD, por ajuste direto, e do PS exatamente, a de Valongo por exemplo. Mas quando falam em amigo ele não é nosso amigo é vosso amigo se calhar era esse.» -

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Sobre o preço, gostava de vos informar que a Ordem tem tabelas de preços para os ROC. Sobre o motivo, vocês sabem-no muito bem, já foi explicado, não sei porquê que não o compreendem. Este ROC que foi contratado, entrou na Câmara de Lousada por concurso público mas para fazer o controlo das contas põem a parte financeira numa situação completamente anárquica. E se todas as vezes que é necessário contratar um ROC é preciso virar toda a documentação no departamento financeiro, acho que não tem sentido. Até porque um ROC a sua figura, seja ele qual for, à partida não havendo nada que se prove em contrário, é sempre uma pessoa séria e que é incapaz de pôr a sua situação em causa. Além disso de facto a associação transparência e integridade, associação cívica fez um estudo e Lousada ficou em primeiro lugar como o concelho mais transparente do Vale do Sousa, do Tamega e Sousa e do distrito do Porto e em oitavo lugar a nível nacional. Mas não foi o único estudo que existe sobre transparência municipal, há mais, publicado pela DGAL, e esse quadro refere-se exatamente ao assunto que está aqui a falar que é o ajuste direto. Então se virmos qual é a posição de Lousada relativamente à despesa efetuada por ajuste direto publicado pela DGAL: Valongo está em primeiro lugar com dezasseis por cento; Lousada em segundo lugar com dezasseis por cento; o concelho na nossa região que está mais perto que é Felgueiras tem sessenta e seis virgula dois por cento. Lousada gasta em contratos por ajuste direto apenas dezasseis por cento. O concelho que está mais bem situado aqui da região gasta em contratos por ajuste direto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sessenta e seis virgula dois por cento. Por este quadro verifica-se que Lousada no Vale do Sousa é o primeiro município cuja percentagem da despesa em contratos adjudicados por ajuste direto é menor. O CIM Tâmega e Sousa primeiro lugar, distrito do Porto é o segundo mas com a mesma percentagem de Valongo que é o primeiro.» -----

----- Era uma hora e trinta e nove minutos quando se ausentou definitivamente o seguinte membro: António Carlos da Cunha Pacheco ----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do senhor Dr. Filipe Barbosa. Eu diria que se alguém tinha dúvidas quanto ao mandante do discurso encomendado do Jorge Peixoto ficamos todos sem dúvidas. Queria dizer ao senhor Jorge Peixoto que a transparência tem de facto de ser verdadeira e é verdadeira conforme já aqui foi referido e conforme os estudos vão comprovando. E queria-lhe dizer também que certamente que os revisores oficiais de contas sendo pessoas terão também os defeitos que são conhecidos às pessoas, seguramente que também haverá revisores oficiais de contas incompetentes ou menos atentos mas não é pelo concurso público que a gente afasta a incompetência e a menor atenção. E por outro lado queria dizer aqui ao Dr. Filipe Barbosa que veio fazer aqui um papel muito estranho, porque vem para aqui com demagogia, sem concretizar coisa nenhuma, sabe perfeitamente qual é, enfim, as balizas que nós temos na adoção de procedimentos, sabe perfeitamente do ponto de vista legal não há aqui problema nenhum, sabe perfeitamente que os próprios senhores vereadores da coligação na reunião de Câmara disseram que não era a questão de valor que estava em causa. E por isso eu pergunto-lhe se porventura fosse aberto um concurso público, quais seriam os critérios de seleção. Você conhece as regras? Sabe as regras a que estamos obrigados nomeadamente para Tribunal de Contas que nos empurram sempre para o preço mais baixo e que depois na prática determina complicações, nomeadamente nas empreitadas porque infelizmente não há forma legal de afastar aquelas propostas que nós consideramos irrealistas e que depois, conforme aconteceu por exemplo agora nos centros escolares, determinou a necessidade de se fazer cessão da posição contratual porque havia um empreiteiro em estado de insolvência e que nós não tínhamos forma legal de o afastar. Portanto vir aqui com essas balelas, desculpe o termo, fica-lhe mal, porque então gostava de saber qual seriam os parâmetros bem definidos para esse concurso público. Gostava de saber porque não existe, o único parâmetro, era o preço. E relativamente ao preço, em primeiro lugar os próprios vereadores admitiram que não era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

isso que estava em causa, aliás há um preço de referência que a própria Ordem impõe. Queria-lhe dar nota também, conforme aqui já foi dito, que não há aqui auditor amigo nenhum, nem eu lhe admito sequer essa expressão. Eu não conheço, para além de ter falado com ele duas ou três vezes aquando da prestação de contas, salvo erro, nomeadamente no ano passado, eu nem sequer sei onde é o escritório dele. E isso está claro na ata da reunião de Câmara. Para mim era igual que fosse por concurso ou ajuste direto, até era muito mais confortável que fosse o Dr. Virgílio Macedo, o vosso correligionário, presidente da distrital do PSD, para mim era muito mais confortável, não era, até o próprio presidente do PSD admite que nós temos aqui uma boa situação económico-financeira. O que o Nelson disse e bem, isto é uma tentativa ridícula para fragilizar os nossos resultados económico-financeiros e é lamentável que vocês venham para aqui fazer-nos perder tempo com este tipo de questões. E queria-lhe dizer que relativamente ao preço há um caso que pode pesquisar na imprensa e que eu referenciei naquela entrevista que dei, que tem que ver com São João da Madeira, que na altura presidida pelo Dr. Castro Almeida, atual Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, que também abriu um concurso público e nesse concurso público e teve que admitir a proposta mais baixa e havia de facto grande disparidade entre a proposta mais baixa e as outras. Aquilo foi objeto de discussão e a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas levantou ali o problema por considerar que o preço era anormalmente baixo e iria determinar ali um processo complicado para o Revisor Oficial de Contas que não quis entretanto aceitar o contrato. E a Câmara esteve quatro anos sem revisor oficial de contas. Portanto isto é uma discussão inútil, ridícula, o preço está perfeitamente justificado e nem sequer foi posto em causa pelos senhores vereadores. Isto não passa de uma lamentável tentativa de fragilizar, repito, de fragilizar o nosso desempenho económico-financeiro. Os oficiais de contas estão balizados por um código deontológico que tem de naturalmente cumprir e no fundo só se limitam a certificar a documentação que lhes é entregue e que eles solicitam e que cruzam informações. Nesta matéria nós estamos perfeitamente à vontade e lamentamos este tipo de *faits divers*.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas, a sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S&R Ribas Pacheco, SROC, nos termos do nº 1 do artº 77º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- A proposta número seis foi aprovada por dezoito votos a favor quinze contra dos seguintes membros: Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Pedro Teixeira Mendes em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Ana Rita Costa Neto em substituição de Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de José Manuel Gonçalves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Abílio da Cunha Moreira dos Santos representante legal de Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e uma abstenção do seguinte membro: José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais. -----

----- OITAVO PONTO - Alteração da denominação da “União das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga” para “Freguesia de Lousada” -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Isto pelo adiantado da hora e pelo cansaço vou ser muito breve, porque fiz chegar a todos os membros da Assembleia aquilo que é a proposta desta união de freguesias, presidida por mim e uma proposta que foi aprovada em Assembleia de Freguesia. De facto resultante da reforma administrativa e por não haver uma proposta da Câmara Municipal ou do concelho no seu todo e desta Assembleia Municipal, houve da parte do governo a aplicação desta reforma de régua e esquadro, consubstanciando que as freguesias agrupadas utilizassem o nome que resulta da justaposição dos nomes das freguesias envolvidas e daí termos no caso desta União de Freguesias a que eu presido, a União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. Ora qualquer reforma e todos nós sabemos é sempre um processo complexo, é sempre um processo difícil, com dores, com dificuldades, mas no meu ponto de vista é também, e aliás estas reformas normalmente surgem em períodos de crise, se analisarmos a história, as maiores reformas que se fizeram no país, que se fizeram em todas as épocas, são normalmente resposta a situações de crise.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Mas eu gosto muito de olhar para a palavra crise com aquele sentido oriental, em crise, é também um tempo e uma altura de oportunidade. Oportunidade de nós olharmos para o território, neste caso, olharmos para as respostas e para aquilo que é efetivamente o sentido de uma reforma como uma oportunidade de fazer melhor, uma oportunidade de ir mais longe, uma oportunidade de acrescentar valor áquilo que já existe. Se nós vivêssemos num período de imobilismo e de status quo então continuaríamos a viver na idade das cavernas e nada daquilo que foi a história e que um conjunto até de homens, de pessoas significativas até na construção da Europa, fizeram para alterar um conjunto, um quadro referencial, portanto acrescentando valor. Neste sentido e olhando para aquilo que é a realidade da união de freguesias e da reforma administrativa, eu sempre entendi que a gestão de uma Junta neste contexto não pode ser apenas entendida como uma soma de quatro freguesias neste caso. Tem que ir um bocadinho mais além e tem que se perceber como uma unidade única, diferenciada e orgânica, em que nós possamos entender esta união, sem descriminar o que é a especificidade de cada território agrupado mas entendê-lo efetivamente como uma força motriz, uma força maior para o futuro. E é nesse sentido que surge esta proposta, esta proposta de alteração do nome que perspetiva uma afirmação diferenciada como um todo e uma unidade, é essa unidade que vai esbater inclusivamente algumas rivalidades e algumas assimetrias, algumas situações que possam ser menos positivas. Por outro lado, esta alteração de nome é também uma perspetiva de simplificação, simplificação daquilo que são os processos administrativos, sobretudo, processos administrativos que tem a ver com formulários, com um conjunto de preenchimentos que possam existir a todos os títulos. Por outro lado também é sabido e todos sabem que ao nível das finanças, o nome que normalmente vigora nas listagens é o primeiro nome desta cadeia de freguesias e portanto muitas vezes desvirtua de certa maneira aquilo que é a realidade. Nós não estamos aqui a pretender retirar a identidade a ninguém porque eu tive o cuidado de ir verificar qual é o significado de identidade e efetivamente a identidade está mais ligada à cultura, à língua, às tradições, às associações, está mais ligada à realidade efetiva e local que se afirma no dia-a-dia. O nome, é também um dos aspetos dessa identidade mas não podemos tomar a parte como um todo. Aliás se fosse assim, realidades que mudaram de nome, até no sistema normal de organização do Estado, quando nós temos por exemplo hoje a AT- Autoridade Tributária, que veio substituir um conjunto de outros nomes que já percorreram esta situação do Estado e todos nós sabemos a que nos referimos, referimo-nos sempre a uma determinada realidade. Também ao nível da história desde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Olissippo que deu lugar a Lisboa, desde outros nomes que foram introduzidos com uma nova realidade até nas ex-colónias com Lourenço Marques a dar lugar a Maputo, a realidade em si mesma não se altera o nome pode vir até a acrescentar e é nesse sentido que nós propomos esta proposta. Quanto à reforma administrativa também é preciso perceber uma coisa clara, claríssima meus amigos, se nós aqui há uns anos discutíamos a possibilidade de um retorno à base, neste momento, acho que ninguém tem dúvidas da irreversibilidade desta reforma. Basta ler a proposta do secretário-geral do Partido Socialista, António Costa para perceber, não só no terreno daquilo que ele fez em Lisboa mas também o que é proposta quando diz: “está fora de causa questionar o princípio da racionalização do mapa das freguesias” e depois acrescenta: “importa corrigir alguns erros cometidos” mas nunca põe em causa este princípio, o da racionalização não põe em causa em si a reforma. Caso contrário, estaria a ser contra si próprio porque ele foi dos que a esse nível, ao nível nacional foi mais longe nessa reforma. Portanto eu depreendo das suas palavras que também quereria para o país de facto o maior consenso, um consenso mais alargado, uma maior discussão sobre estes assuntos e com uma maior transferência de competências para as freguesias, reforçando o poder local que é uma área que eu sempre defendi, o futuro do poder local. Aliás aqui no passado dizia-se e o senhor presidente da Assembleia chegou a dizer aqui no passado, que os presidentes de Juntas do futuro seriam meros atestadores. Hoje ninguém tem dúvidas que isso não vai voltar a acontecer, de facto estamos a caminhar cada vez mais para a afirmação do poder local e dos presidentes de Junta como fatores do desenvolvimento local, gente que está junto das populações em projetos de sinergias, parcerias, de correlação com a Câmara Municipal e com associações no sentido de promover o poder local de uma forma mais efetiva, mais moderna, mais eficaz. Dito isto, porquê o nome Lousada. Nós estamos aqui numa área central do concelho, a União de Freguesias Silhares, Pias, Nogueira e Alvarenga abarca sobretudo duas freguesias centrais, que é a freguesia de Pias e a de Silhares que coincidem com o seu território na maior parte, digamos da área central da Vila de Lousada. Silhares no seu conjunto coincide com a área administrativa do concelho enquanto vila também. Estou certo que a freguesia de Cristelos e a freguesia de Boim também nesse aspeto fazem parte dessa área urbana e central da vila. Esta proposta de nome Lousada surge precisamente pela afirmação de Lousada como um todo e não implica nunca qualquer outro tipo de exclusão ou de menosprezo de qualquer outra freguesia. Abre inclusivamente portas e eu sempre o disse aqui para que este município tenha a coragem efetivamente de para futuro, com calma,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

com capacidade de reflexão, discutir esse assunto, de uma digamos melhoria desta reforma que nos foi imposta. Permite que algumas freguesias possam entrar e outras possam sair. E quando alguém questiona esse aspeto, na atualidade, não o deve questionar em função de olhar para mim enquanto presidente de Junta, deve questioná-lo enquanto realidade efetiva que é necessário afirmar para futuro, para as populações que servimos. Olhar para esta questão, olhar para o presidente da Junta que neste momento está a exercer o poder nesta união de freguesia é um erro, é um erro, eu sempre defendi que todos os assuntos têm de ser discutidos em função de objetivos claros e não de atores, não vamos criar fatos para pessoas nem vamos meter pessoas dentro de fatos, criados à medida. Portanto o que é preciso é discutir isto com liberdade, com efetiva objetividade e perceber o que é mais positivo o que é mais importante para o concelho e para as populações que servimos. E no meu ponto de vista para as populações, que neste momento, eu estou a servir e posso daqui a dois ou três anos não estar a servir sequer nenhum, porque em política nós estamos, como podemos deixar de estar. Portanto eu estou aqui neste momento para memória futura, a defender algo que eu acho que é óbvio, que é claro, só não espero que nós venhamos aqui novamente a esta Assembleia daqui a dez anos discutir um assunto que eu hoje trouxe aqui e que alguns acham que é muito cedo. Na vida não há nada que seja cedo, na vida há oportunidade e há clareza nas decisões, que elas possam fazer caminho para o futuro e que possam ajudar a servir melhor as populações. Portanto Lousada é nesse sentido o nome que torna esta unidade com mais força e vem na linha daquilo que tem sido feito inclusivamente noutros concelhos. Portanto eu peço a esta Assembleia que em liberdade, que em total transparência, que em total reflexão individual possa decidir com coerência e não subjugada a nenhum tipo de jugo.» -----

----- Intervenção do Sr. Eduardo Vilar presidente da Junta de Freguesia de Cristelos Boim e Ordem: «Custa-me a acreditar que seja verdade aquilo que acabei de ouvir. Porquê? A intenção da criação da freguesia de Lousada, antes de mais, acho que constitui uma arremetida sem fundamento válido, absolutamente despropositada, inoportuna e francamente lesiva dos interesses do concelho. Desde logo, representa um desrespeito pelas restantes autarquias, ao pretender apropriar-se de um nome, o de Lousada, cujo significado real e simbólico deveria ser preservado e merecer a máxima deferência. Se o princípio é o enquadramento na área urbana da Vila, então Cristelos, Boim e parte da Ordem ocupam um território ainda mais significativo, e com uma dimensão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

populacional igualmente superior, e nem por isso se arvoram na apropriação indevida de um topónimo agregador e representativo da unidade concelhia. Trata-se, portanto, de uma usurpação absolutamente inaceitável, claramente pretensiosa e sobretudo violadora da solidariedade interfreguesias, porque, no limite, qualquer um que aqui representa as várias freguesias de Lousada, poderia querer assumir exatamente a mesma designação. Além disso, estamos perante uma completa desvirtuação da identidade local, não concordo consigo quando diz o contrário. Identidade que todos jurámos defender aquando do lamentável processo de agregação das freguesias, pelo que a proposta hoje em discussão surge completamente descontextualizada e à revelia dos interesses da população. Representa, ainda, uma transgressão histórica e uma tentativa de manipulação cultural inaceitável, contrariamente ao que acabou de dizer, porque a designação dos territórios é desde há muitos séculos, uma marca indelével cuja dimensão representa muitíssimo mais do que um simples topónimo. Repare-se que o nome das freguesias desde há longuíssimos séculos correspondem exatamente àquilo que foram as paróquias. Ela mesmo é um património, simbolizando uma profunda ligação das populações ao seu espaço, constituindo um grande sentido de pertença, que não pode estar exposto ao perigoso arbítrio de arrivismos políticos, de supostas modernidades administrativas ou de obscuros interesses partidários. Os lousadenses, acho eu, têm outras prioridades e, seguramente lamentam e lamentam muitos, a invenção de novos problemas quando outros desafios, bem mais relevantes, carecem de solução. Deste modo, reprovamos uma proposta abusiva, leviana e sem qualquer sustentação credora de uma apreciação politicamente séria.» -----

----- Intervenção do Sr. Eduardo Vilar presidente da Junta de Freguesia de Cristelos Boim e Ordem: «Continuarei o raciocínio indo um pouco mais ao fundo da questão. Os argumentos esgrimidos pela coligação carecem de validade política, técnica, social e histórica. Por isso contestamos, desde já, a censurável apropriação do nome de Lousada. Na verdade, o topónimo Lousada surge como referência da Vila e do concelho e exprime um sentimento de pertença e de inclusão que não pode, sob nenhum argumento, ser disputado nem assenhoreado por ninguém. Portanto, condenamos esta clara usurpação, absolutamente indevida e ilegítima, que fere uma convergência de princípios essenciais sobre a nossa unidade territorial. Também lamentamos a quebra da solidariedade institucional que deveria existir entre todas as Juntas. Se no limite, qualquer uma delas poderia avançar com idêntica pretensão, a desconsideração assume



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

contornos especialmente gravosos nomeadamente perante a União de Freguesias de Santa Margarida, São Miguel e Cernadelo, que possui o nome de Lousada na nomenclatura oficial, e perante a União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, que muito maiores razões teria, por ocupar uma parcela bem mais expressiva no perímetro urbano e uma maior densidade populacional. Na verdade, e isto não vou inventar porque é confirmável nos dados dos censos e em outros documentos, enquanto Silvaes, Pias, Nogueira e Alvarenga apresentam cinco mil e sessenta e quatro eleitores, Cristelos, Boim e Ordem registam seis mil e setenta ou seja cerca de mais mil eleitores, diferença que ainda mais se acentuaria se considerássemos apenas a integração na área da Vila. Aliás, seguramente, a origem, e já que falamos de cultura e história, da povoação que constitui atualmente a Vila remonta ao castro de São Domingos, cuja ocupação permanente se iniciou desde o século V a. C. e prosseguiu durante vários séculos. O próprio nome Cristelos tem origem etimológica em castro ou crasto, testemunhando portanto, a proveniência ancestral do povoado, que se estendeu, depois, para o sopé do monte, como atestam a casa romana e o conjunto de vestígios ali recolhidos durante as prospeções arqueológicas. Também poderíamos encontrar no topónimo da freguesia da Ordem uma marca muito forte da identidade local ligada à Ordem de Malta, ou então, na etimologia céltica de Boim, que também confirma plenamente a antiguidade da povoação. Por conseguinte, pretender tomar posse do nome Lousada representa, digo mais uma vez, uma usurpação inadmissível e uma absoluta deslealdade para com o eleitorado, ao qual garantimos, nós e vós, que a identidade local não seria desvirtuada. Que eu saiba no vosso bilhete de identidade não diz a vossa cultura diz o vosso nome. Se a recente e infeliz agregação de freguesias ainda não foi interiorizada pelos cidadãos, mais difícil será, seguramente, compreender novas mudanças, sobretudo sem fundamento válido nem historicamente sustentado. Pelo contrário, o caso da antiga freguesia de Alentém, extinta em mil oitocentos e trinta e quatro, representa um exemplo elucidativo, pois, ainda hoje, volvidos cento e oitenta anos, mantém, ainda, os sinais da antiga paroquialidade. Aliás, contrariamente ao que é referido na proposta, os cidadãos da extinta freguesia de Alentém não aceitam, nem toleram, que o nome da sua freguesia seja abreviado e exigem que o mesmo seja reproduzido, por escrito ou oralmente, na sua íntegra, ou seja, Vilar do Torno e Alentém, onde eu tive o prazer de pela primeira vez ser professor. Dizer o contrário é um lamentável desconhecimento. Representa, ainda, uma transgressão histórica e uma tentativa de manipulação cultural inaceitável, porque a designação dos territórios é uma marca indelével cuja dimensão representa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

muitíssimo mais do que um simples topónimo. Ela mesma é um património, simbolizando uma profunda ligação das populações ao seu espaço, constituindo, desde há quase dois milénios, um grande sentido de pertença. Consequentemente, enveredar por este estilo de abordagens representa um perigo desnecessário, tanto mais que deveria merecer um amplo consenso, o que está longe, muito longe mesmo de acontecer. Aliás, a votação, a vossa votação, verificada em dezembro de dois mil e treze, na Assembleia de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, ao obter apenas os votos favoráveis da maioria, é elucidativa de que a proposta não colhe o apoio generalizado da população. Convém, também, salientar os elevados transtornos para os munícipes, é que seriam obrigados à alteração da totalidade dos documentos de identificação, endereços postais e matrizes prediais, com custos gravosos, pois a lei foi revista naquilo que toca à alteração da documentação, mesmo que não seja imputável ao próprio a alteração dessa documentação. Para terminar, num país a braços com uma crise gravíssima, com um Governo a destruir o presente e a hipotecar seriamente o futuro, dispensaríamos agora um projeto que, igualmente tenta renegar-nos o passado. Pretendemos, sim, causas unificadoras e não o perigoso arbítrio de arrivismos políticos, de supostas modernidades administrativas ou de obscuros interesses partidários que não quero levar mais longe.» -----

----- Passou-se de seguida foi posta à votação a proposta número sete do seguinte teor: “O Presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga propõe à Assembleia Municipal de Lousada a emissão de um parecer sobre a alteração da denominação da União das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga para “ Freguesia de Lousada” -----

----- A proposta número sete foi rejeitada por dezoito votos contra dos seguintes membros: Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, Sandra Maria Ferreira Teixeira, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, João Carlos Pinto Correia, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Ricardo Filipe Moura Ribeiro em substituição de Diana Júlia Regadas, José Bernardino Pinto Nogueira, António Esteves, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem e dezasseis a favor, sendo o parecer desta Assembleia desfavorável. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção do Sr. Miguel Ferreira, residente na Freguesia de Sousela: «Caro João Correia, pediu a opinião de alguém que seja contra alguns centros escolares. Se quer a minha opinião, que não percebo nada disto, mas eu sou contra o centro escolar de Sousela. E vou-lhe explicar porquê, a localização, para mim, não é mais correta, não faz sentido absolutamente nenhum, na minha opinião, ter o centro escolar na extremidade da freguesia, na ponta do concelho junto a Paços de Ferreira, junto a Raimonda. Já que a Ordem não tem centro escolar, nem vai ser realizado nenhum, não seria mais viável fazer o centro escolar na parte debaixo de Sousela e dar para as duas freguesias? Fica a questão. Caro presidente da Câmara Municipal, referenciou que terá data de fim a lixeira de Lustosa. Queria-lhe perguntar, muito diretamente, qual é a data correta em que vai fechar a lixeira? Porque é uma vergonha o que se passou durante estes anos todos, estou a falar e a espelhar o sentimento da freguesia de Sousela, da maior parte da população. Penso que isto poderia não ter corrido assim, se houvesse oposição por parte dos órgãos da Junta de Freguesia, por exemplo. Nós estamos a sofrer, muito seriamente, com a poluição do Rio Mesio e junto ao Rio Mesio, as estradas que estão junto ao Rio Mesio, não têm rede de água camarária e a população é obrigada a beber água dos poços poluída. Eu posso dizer que é poluída, se quiser podemos marcar uma reunião, eu tenho fotografias, é uma vergonha o que se passa, por exemplo as fotografias que eu tenho são da Santa Águeda, é uma vergonha a água cheia de espuma e absolutamente castanha. Não sei se conhece ou não o que é o *geocaching*, mas eu vou passar aqui a dizer o que é. É um jogo que consiste, cada membro tem a oportunidade de colocar um recipiente em alguns lugares, histórico, paisagístico ou lugar de interesse. Na Santa Águeda tem uma *geocache*, um pequeno recipiente que leva lá pessoas de todo o mundo, através de coordenadas GPS, para visitar o local. E na maior parte dos comentários, aparece lá a pouca vergonha que é o cheiro e a cor da água do Rio Mesio. Que imagem é que passa o nosso concelho naquele Jogo? Fica a minha pergunta.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Assembleia: «Eu sobre esta matéria e antes de passar ao senhor presidente da Câmara tenho que lhe dizer o seguinte: em relação à lixeira, não é uma lixeira é um aterro de resíduos sólidos urbanos, devidamente licenciado pelas entidades competentes deste país e monitorizada permanentemente pela APA- Associação Portuguesa do Ambiente. Portanto os dados estão claros sobre essa matéria. Os lixiviados daquele espaço são todos encaminhados para a rede de águas residuais. Portanto qualquer abordagem pretensamente indiciadora de que há poluição fruto dos lixiviados resultantes do aterro sanitário, não é rigorosamente verdade. Em terceiro lugar lembro-lhe que, infelizmente para o lousadense, isso é que era uma vergonha, nesses executivos que antecederam esta intervenção naquele espaço, anos sucessivos em que aquele espaço todo estava ali ao abandono, uma lixeira sem controlo, em que toda a gente depositava as coisas das mais variadas formas. Este país felizmente evoluiu e evoluiu bem. Houve quem tivesse coragem de agarrar um processo, de adequar as circunstâncias ambientais para que aquele espaço fosse um espaço que tivesse as condições adequadas para ser aquilo que é. E se de facto efetivamente há alguns problemas nos rios, que há em todos os rios, não é só no vosso espaço, seguramente, na grande esmagadora maioria dos problemas não resultam minimamente de qualquer circunstância da deposição dos resíduos sólidos urbanos naquele local. Aliás isto está devidamente fundamentado pelas monitorizações seguidas e frequentes da Agência Portuguesa do Ambiente, que não é controlada por esta Câmara, não é controlada pela entidade que gere o aterro ou os aterros. E portanto, qualquer abordagem feita fora deste contexto é indiciadora e encaminhadora de um alarmismo que não se compreende, nem se aceita. Eu sobre esta matéria tenho de lhe dizer com frontalidade que está profundamente errado naquilo que está a dizer.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Se me é permitido queria dizer o seguinte: face o adiantar da hora, julgo que devem estar todos cansados e com pouca paciência. Eu iria começar por dar um conselho aqui ao Miguel Ferreira. Eu julgo que tinhas o sonho de chegar a presidente da República. Ainda continuas com esse sonho, que é legítimo, permite-me só que te dê um conselho, pensa pela tua cabeça para conseguires alcançar os teus sonhos, os teus objetivos. Mas com isto não quero tirar mérito à pertinência das tuas perguntas. Relativamente à questão do centro escolar de Sousela, a localização é aquela porque foi a localização possível face a um conjunto de fatores que determina as nossas escolhas de localização, que tem que ver também com a disponibilidade de terreno. Nós em Sousela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

como em outras freguesias, grosso modo, não pagamos o terreno, tentamos sempre negociar com as pessoas para chegar a acordo, uma vez que o terreno, como deves compreender é uma parte fundamental no investimento que se não houver essa possibilidade de conseguir o terreno a custos baixos ou de preferência por cedência gratuita é mais difícil de concretizar os objetivos. Por isso houve ali uma busca de localizações possíveis na freguesia e o único local que se encontrou disponível para que os proprietários cedessem gratuitamente foi ali. Queria adiantar que tivemos o cuidado de reservar áreas para outras valências, está previsto um espaço coberto com a dimensão de um pavilhão gimnodesportivo. Portanto no futuro, quando houver condições financeiras, de converter aquele espaço coberto num pavilhão gimnodesportivo e tivemos ainda o cuidado de reservar uma outra área que permite também instalar lá no futuro um campo de jogos. É evidente que em termos de centralidade da freguesia há locais mais centrais mas foi o local possível em função destas condicionantes. Relativamente ao aterro de resíduos sólidos urbanos e não lixeira. Lixeira sim já existiu infelizmente durante muitos anos, eu ainda tenho memória disso, de passar lá e ver a lixeira a arder. Foi uma das primeiras prioridades da Associação de Municípios do Vale do Sousa que comemorou recentemente vinte e cinco anos e se há marca que a Associação tem ao longo destes vinte e cinco anos é de facto na área do ambiente porque conseguiu, por um lado, resolver os dois problemas que existiam no nosso território em Lousada e em Penafiel, com duas lixeiras sem qualquer tipo de controlo. Portanto houve um projeto agregador destes seis municípios para selar essas lixeiras e construir aterros de resíduos sólidos urbanos, que são locais devidamente construídos para o efeito, que são impermeabilizados, o senhor presidente da Assembleia já o referiu que os lixiviados são encaminhados para lagoas e depois bombeados para a rede de saneamento. Agora é evidente que é sempre um equipamento que causa incomodidade quanto mais não seja a questão dos odores. E por isso, eu já o disse durante a minha intervenção na Assembleia Municipal, que estava previsto desde o início haver uma rotatividade na localização desses equipamentos. O que está previsto quando aquele equipamento esgotar a sua capacidade, portanto eu não posso adiantar que vai ser na data x, quando esgotar a capacidade, há umas determinadas toneladas possíveis de depositar e por isso há por enquanto uma mera expectativa, depende da quantidade de resíduos que são lá depositados. Mas o que está previsto e de que eu não vou seguramente abdicar é que essa rotatividade seja de facto uma certeza e portanto seja outro concelho aqui da região a acolher um aterro que vai substituir o aterro de Lustosa. Relativamente à questão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

água do Rio Mesio. De facto nós já tivemos o reporte de situações estranhas que acontecem pontualmente e não, eu vou com alguma frequência à Santa Águeda e não me apercebo que seja continuo. De facto isso já aconteceu com o aspeto estranho, espumas, etc. Da última vez que houve esse incidente fizemos recolhas e pedimos a colaboração de laboratórios especializados para ver se conseguíamos estabelecer o nexo causal entre aquele aspeto da água e a sua proveniência mas não se conseguiu demonstrar que a fonte fosse o aterro e tudo indica que não seja. Portanto neste momento está a ser feito um estudo mais aprofundado para tentarmos saber as causas daquele fator estranho mas não há qualquer comprovativo de que de facto esses incidentes no Mesio derivem do aterro.» -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apenas a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos.

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais. -----

----- Eram duas horas e trinta e oito minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA

